

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **OBJETO**
   1. DEFINIÇÃO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de jornalismo e produção para televisão na Divisão de Comunicação Social do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, situado no Recife/PE, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Centro de Produção da Justiça Federal (CPJUS), do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília, com cessão de postos de trabalho, obedecidas as condições especificadas neste Termo.

1. **JUSTIFICATIVAS**
   1. O Conselho Nacional de Justiça, por intermédio da Resolução n° 85, publicada no Diário Oficial da União em setembro de 2009, dispõe sobre a Comunicação Social no âmbito do Poder Judiciário e considera que aprimorar a comunicação com o público externo é um dos objetivos estratégicos do Judiciário, “com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com transparência, informações sobre o papel, as ações e as iniciativas do Poder Judiciário, o andamento processual, os atos judiciais e administrativos, os dados orçamentários e de desempenho operacional”.
   2. De acordo com a Resolução, o aprimoramento da comunicação é necessário, “considerando a crescente exigência da sociedade por uma comunicação de maior qualidade, eficiência e transparência, capaz de facilitar o conhecimento e acesso dos cidadãos aos serviços do Poder Judiciário e, considerando, ainda, que para atingir esses objetivos, é necessário o estabelecimento de uma política nacional de comunicação social integrada para o Poder Judiciário, que defina estratégias de procedimentos e estabeleça os investimentos necessários, de modo a cobrir os dois grandes vetores de sua atuação: a comunicação interna e a divulgação externa”.
   3. A Resolução estipula, em seu art. 1º, que as ações de Comunicação Social do Poder Judiciário têm como objetivos principais:

“I – dar amplo conhecimento à sociedade das políticas públicas e programas do Poder Judiciário;

1. – divulgar, de forma sistemática, em linguagem acessível e didática, os direitos do cidadão e os serviços colocados à disposição pelo Poder Judiciário, em todas as suas instâncias;

III – estimular a participação da sociedade no debate e na formulação de políticas públicas que envolvam os seus direitos;

IV- disseminar informações corretas sobre assuntos que sejam de interesse público para os diferentes segmentos sociais e que envolvam as ações do Poder Judiciário;

V– incentivar, no âmbito dos magistrados e servidores, através da comunicação, a integração com as ações previstas nesta Resolução, de modo a garantir a eficácia dos objetivos a ela colimados;

VI– promover o Poder Judiciário junto à sociedade de modo a conscientizá-la sobre a missão exercida pela Magistratura, em todos os seus níveis, otimizando a visão crítica dos cidadãos a respeito da importância da Justiça como instrumento da garantia dos seus direitos e da paz social”.

* 1. Vale mencionar o parágrafo único do art. 5º da Resolução, pelo qual “na definição de suas dotações orçamentárias, os órgãos do Judiciário deverão contemplar as ações de Comunicação Social, reservando recursos regulares compatíveis com as metas a serem alcançadas”.
  2. Cabe ressalvar, ainda, que a Resolução nº 38/2008 do Conselho da Justiça Federal, que regulamenta o funcionamento do Centro de Produção da Justiça Federal (CPJUS) estabelece o seguinte em seus considerandos:

“Que a transparência institucional dos órgãos públicos é pressuposto indispensável do Estado democrático de Direito, sendo função precípua da Comunicação Social garantir a ampla divulgação dos atos institucionais; e que a imagem da Justiça Federal perante a opinião pública deve ser construída e preservada em seu caráter unitário, em âmbito nacional, mediante ações integradas dos órgãos que a compõem, no campo da comunicação social”.

* 1. Já o art. 3º, inciso I, dessa mesma resolução, estipula caber ao CPJUS:

I – implantar ações de divulgação dos atos da Justiça Federal por intermédio da produção de programas e matérias jornalísticas para as mídias eletrônicas (televisão, rádio, internet) e impressa (jornal, revista, newsletter) ”.

* 1. Por fim, o art. 11º estabelece que “as produções jornalísticas do CPJUS deverão observar os seguintes critérios editoriais: I – orientação eminentemente educativa; II – atendimento ao interesse público; III – linguagem clara e acessível”.
  2. Podemos afirmar que a atuação da Justiça Federal interessa diretamente à sociedade brasileira, já que esta é uma entidade da Administração Pública que presta relevante serviço aos cidadãos – a entrega da prestação jurisdicional. Fornecer informações sobre esse trabalho, de forma didática e acessível ao entendimento de todos, atende ao interesse público, pois as notícias relativas às decisões da Justiça Federal podem afetar direta ou indiretamente a vida de qualquer brasileiro. Tais notícias devem ter a mais ampla repercussão possível para chegar à maior quantidade possível de pessoas.
  3. Apesar de todas as estratégias de comunicação, nem sempre os atos e ações da Justiça Federal são abordados nos espaços que a mídia concede diária e permanentemente aos assuntos de interesse público. Não bastasse o fato de que é preciso considerar que o tempo de programação é demasiado curto para a quantidade de acontecimentos diários, também não se pode desprezar as consequências de critérios editorais que, na maioria das vezes, ignoram assuntos e medidas que têm influências diretas e indiretas na vida de milhares e, até milhões de pessoas.
  4. Justamente por essa razão, a continuidade da produção dos programas e publicações produzidos pelo CPJUS se faz importante. Sabe-se que muitos assuntos envolvendo a Justiça Federal precisam de uma didática que nem sempre é possível nos veículos de comunicação comerciais. Daí a importância de que esses conteúdos sejam elaborados por pessoas que estão acostumadas àquela linguagem e saibam explicar a questão da melhor maneira possível, sempre visando à compreensão e ao esclarecimento da população.
  5. Hoje, o programa semanal de televisão *Via Legal,* principal produto do CPJUS, no ar desde agosto de 2002, é veiculado em território nacional por **36 emissoras de televisão**, entre elas três importantes canais públicos de comunicação, que têm como preocupação primeira a educação para a cidadania, e que são assistidos em todo o Brasil por sinal aberto ou a cabo: **TV Justiça, TV Cultura e TV Brasil**. Semanalmente, o *Via Legal* aborda decisões da Justiça Federal ou temas a ela relacionados, em linguagem clara e acessível, e, por sua qualidade, já conquistou 16 prêmios jornalísticos.
  6. Ressalte-se que a produção atende o objetivo do Plano Estratégico do Poder Judiciário 2015/2020, seguido pela Justiça Federal, que elenca a televisão, bem como outros meios de comunicação, como grande formadora de opinião, capaz de atingir e chegar ao cidadão nos lugares mais longínquos do país. Os serviços prestados pelo Centro de Produção da Justiça Federal, por meio do Via Legal e demais produtos, vão ao encontro da visão desejada pelo Poder Judiciário: “Ter credibilidade e ser reconhecido como Poder célere, acessível, responsável, imparcial, efetivo e justo, que busca o ideal democrático e promove a paz social, garantindo o exercício pleno dos direitos da cidadania”.
  7. Os programas produzidos pelo Centro de Produção da Justiça Federal atingem todo o território nacional, por intermédio da rede pública ou privada de televisão e rádio. Além disso, estão disponíveis nas redes sociais YouTube e Vimeo, canais de veiculação de vídeo gratuitos na internet, e possuem páginas no Facebook, o que potencializou ainda mais o alcance da sociedade aos seus conteúdos e demonstrou com mais veemência o quanto a audiência a esses conteúdos é valorizada. Desde que passou a ser veiculado no YouTube, o programa Via Legal já teve mais de 3.020.000 acessos. São canais que só tendem a crescer e ter cada vez mais importância social, e que podem ser utilizados gratuitamente pelo CPJUS para a divulgação democrática e acessível dos seus conteúdos.

1. JUSTIFICATIVA PARA A SOLUÇÃO ADOTADA
   1. Como nos quadros da carreira da Justiça Federal não existem profissionais com formação e experiência em televisão e, com o intuito de dar continuidade aos trabalhos do Centro de Produção, que para o ano de 2016 prevê mais edições do *Via Legal*, faz-se necessária a contratação de empresa especializada na área de televisão.
   2. Cabe mencionar o acordo firmado entre o Conselho da Justiça Federal e os cinco Tribunais Regionais Federais em maio de 2007, visando o estabelecimento de parceria na implementação de ações de Comunicação Social no âmbito da Justiça Federal. Posteriormente, foi editada a Resolução nº 38/2008 do Conselho da Justiça Federal, que regulamentou o mesmo assunto. Até o ano corrente, 2015, a contratação de profissionais é realizada pelo Conselho da Justiça Federal. A partir de 2016, a contratação será regionalizada, tendo em vista as peculiaridades de cada Tribunal Regional Federal.
   3. O TRF5 não dispõe de servidores em seu quadro de pessoal disponíveis e com a capacitação requerida para a execução das tarefas objeto do presente contrato. Faz-se necessária, portanto, a contratação de serviços que viabilizem as atividades da Divisão de Comunicação Social, no que tange à gravação de solenidades e eventos oficiais, bem como a edição de vídeos institucionais.
   4. Justifica-se a terceirização por tratar-se de serviços eminentemente acessórios e não ligados diretamente à atividade-fim da Justiça Federal, conforme termos do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, e dos arts. 13 e 67 da Lei nº 8.666/93. Os serviços em questão atendem a atividades de suporte para as quais inexiste a previsão de cargos específicos na Justiça Federal.
   5. Por serem os serviços, objeto desta contratação, de natureza continuada, imprescindíveis à Administração para o regular desempenho de suas atribuições, esta contratação deverá se estender por mais de um exercício financeiro, ininterruptamente.
2. **DEMANDA E DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS**
   1. A empresa contratada deverá executar as atividades descritas abaixo, mantendo-se o padrão de qualidade, a identidade visual e a linha editorial já existente para cada produto, que estará à disposição dos licitantes para conhecimento prévio junto à Divisão de Comunicação Social do TRF5, pelo prazo de 15 dias, a partir da publicação do ato licitatório.
      1. Os serviços de produção de programas da Justiça Federal para televisão consistem na pesquisa sobre o tema, desenvolvimento da pauta, redação de matéria, roteirização, captação de imagens, edição, tratamento visual, gravação em estúdio e externa, direção de arte, criação de trilhas, vinhetas e efeitos, finalização das matérias regionais, bem como na disponibilidade de serviços profissionais especializados de televisão e ainda:
         1. Produção de até 52 (cinquenta e duas) matérias anuais gravadas em videoteipe (VT) para o programa *Via Legal,* sendo 01 (uma) edição por semana, realizada com pautas provenientes do CONTRATANTE. (Verificar item 01 do **ANEXO II**);
         2. Gravação de solenidades e eventos oficiais organizados pela CONTRATANTE, de acordo com orientação da Divisão de Comunicação Social;
         3. Produção e edição de reportagens e vídeos institucionais, de acordo com orientação da Divisão de Comunicação Social.
   2. Os prazos para entrega dos trabalhos serão controlados e definidos pela CONTRATANTE, analisando caso a caso, de acordo com o nível de complexidade e as condições determinantes das tarefas.
3. **QUADRO DE PESSOAL**
   1. Os recursos humanos disponibilizados pela CONTRATADA deverão conhecer o funcionamento do CPJUS e da Divisão de Comunicação, o que exige a disponibilização e a autorização para a utilização de senhas de acesso a rede de computadores da CONTRATANTE, mediante a adoção de procedimentos em conformidade com as regras de segurança estabelecidas pela Justiça Federal na 5ª Região.
   2. Todos os licitantes irão oferecer seus preços com base nos mesmos parâmetros quantitativos e qualitativos de pessoal, razão pela qual, para fins de equalização das propostas, é apresentado o quantitativo de profissionais para a execução de cada subatividade dos serviços, conforme indicado na relação abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Profissional** | **Categoria** | **Quant.** | **Cidade** |
| Reporter Regional | Jornalista | 01 | Recife |
| Editor de Pós-Produção | Radialista | 01 | Recife |
| Operador de Câmera UPE | Radialista | 01 | Recife |
| Assistente de Produção/Pauta | Radialista | 01 | Recife |
| **TOTAL** |  | **04** |  |

* 1. O número de 04 (quatro) profissionais deve ser entendido como o quantitativo definido para a equipe que prestará os serviços, de forma a atender à demanda.
  2. Esse número de profissionais foi estabelecido pelo CPJUS a partir da mensuração concreta de cada atividade necessária para a entrega de produtos com qualidade, dentro do prazo esperado. Todas as atividades e subatividades necessárias a cada item objeto do presente termo de Referência estão elencadas no **ANEXO II.** No **ANEXO III**, estão relacionados os profissionais envolvidos em cada subatividade dos serviços, dentro de cada atividade.
  3. A tabela abaixo, de referência salarial, fundamentada nos Acórdãos nº 189/2011–TCU–Plenário, nº 1.672/2006–TCU–Plenário, nº 290/2006–TCU–Plenário, nº 256/2005–TCU– Plenário, nº 2647/2009–TCU–Plenário, nº 1141/2011 - Primeira Câmara e nº 3894/2011 - Segunda Câmara, resultado de pesquisas e de informações divulgadas por outros órgãos públicos, que tenham recentemente contratado o mesmo tipo de serviço, deverá ser obedecida pelas licitantes quando da elaboração de suas propostas de preços:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Categoria** | **Categoria** | **Localidade** | **Carga-Horária Semanal** | **Qtd Postos** | **Salário em R$** |
| Repórter Regional | Jornalista | Recife-PE | 30 h | 1 | 7.037,74 |
| Editor de Pós-Produção | Radialista | Recife-PE | 30 h | 1 | 4.474,86 |
| Operador de camera UPE | Radialista | Recife-PE | 30 h | 1 | 3.608,08 |
| Assistente de Produção/Pauta | Radialista | Recife-PE | 30 h | 1 | 3.078,15 |
|  | | | | |  |

* 1. A compensação de jornada de trabalho será regida conforme convenções coletivas do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Pernambuco e do Sindicato dos Radialistas do Estado do Pernambuco.
  2. A especificação prévia em licitação dos valores a serem pagos diminui o grau de incerteza das empresas na composição de seus custos, na segurança da disponibilidade de mão de obra qualificada e de uma menor possibilidade de ocorrência de rotatividade, o que pode funcionar como um atrativo ao comparecimento de mais interessados ao certame, bem como resulta em melhor atendimento ao interesse público.
  3. É claro que a fixação de um piso para os salários pagos, consequentemente, define um parâmetro mínimo também para o valor da contratação, o que enseja questionamentos sobre a economicidade da medida. Por óbvio, permitir que as licitantes estabeleçam livremente a remuneração de seus empregados resultaria em ofertas de preços abaixo dos praticados pelo mercado, fato este que é evitado com o estabelecimento de uma política de remuneração.
  4. É fato que toda empresa capitalista objetiva um constante aumento nos seus lucros, sendo lógico afirmar que as licitantes prestadoras de serviços terceirizados poderiam, tendenciosamente, tentar majorar seus ganhos, por meio da diminuição nos valores da remuneração de seus empregados, que constituem o mais relevante custo desse tipo de contrato. Em qualquer dessas hipóteses a Administração será a maior prejudicada, apesar de, em princípio, ter-se beneficiado de uma contratação mais barata.
  5. A terceirização de mão de obra no setor público não pode ocasionar o pagamento de uma remuneração indigna aos trabalhadores. Desta forma, a utilização indireta da máquina estatal para uma clara exploração do trabalhador gera somente ineficiência, contratação de pessoas sem a qualificação necessária e, consequentemente, a indesejável rotatividade.
  6. A crescente mobilização dos servidores públicos por melhores salários tem sido marcante nos últimos tempos. O trinômio qualidade, produtividade e remuneração consubstancia-se em uma das principais bandeiras apresentadas por este movimento. Considerando-se que a qualidade dos serviços públicos prestados e a produtividade dos servidores estão relacionadas com o grau de satisfação destes com sua remuneração, essas mesmas premissas devem ser aplicadas em relação aos empregados terceirizados, aos quais também deve ser garantida remuneração condizente com as atribuições que lhe são impostas.
  7. Sobre a estipulação de salários, em uma representação formulada ao TCU por uma empresa que participou de uma licitação na modalidade de pregão eletrônico, realizada pelo Ministério das Cidades, o ministro relator Marcos Vinicius Vilaça, de maneira muito bem fundamentada, decidiu que não se aplica a vedação de fixação de preço, no caso em tela, de salários, nos termos do inciso X do art. 40 da Lei nº. 8.666/93, com a redação dada pela Lei nº. 9.648/98.
  8. Consoante o que restou decidido, de forma unânime, no acórdão nº 256/2005 do Plenário do TCU, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 24.03.2005, o respeitável ministro concluiu o seguinte:

"*18.* ***É importante ressaltar****, todavia,* ***que a garantia de condições mínimas aos terceirizados, através do estabelecimento de um patamar mínimo para os salários, tem que ser realizada de forma clara, objetiva e fundamentada, além de dever estar adequadamente documentada no processo****. Não pode servir de qualquer maneira como desculpa para o pagamento de quantias não razoáveis, nem de valores que desviem da* ***média praticada pelo mercado*** *e pela Administração Pública.*

*19. Conforme anotado pela unidade técnica, todos esses cuidados foram adotados pelo Ministério das Cidades,* ***não ficando evidenciada nenhuma afronta ao princípio da economicidade****. Assim, em face das considerações antes aduzidas,* ***considero não haver irregularidade no estabelecimento de valores mínimos para os salários dos contratados****, na forma como procedido no Pregão nº 18/2004."*

* 1. Nada mais sensato do que entender que há, sim, a necessidade de permitir-se ao administrador o estabelecimento de um piso salarial em editais de licitações que visam à contratação de prestação de serviços terceirizados, de modo a garantir o mínimo desejável de qualificação dos profissionais envolvidos no contrato.
  2. *Destaque do relatório do Acordão 3.006/2010: De fato, há situações em que se necessita de profissionais com requisitos de habilitação/experiência superior àqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria. A utilização deste piso como referência, nessas situações, acaba por gerar para a Administração, em vez de economia, problemas operacionais, em função da alocação de profissionais despreparados ou não capacitados e da rotatividade de mão de obra.*
  3. Vale lembrar que a produção televisiva situa-se dentro da chamada economia criativa. Caracteriza-se pelo uso da criatividade e do talento como principais insumos. E não é somente o telejornalismo, com todas as suas especificidades e peculiaridades, mas também o jornalismo como um todo, não prescinde da criatividade, do talento para a redação, a criação de textos e imagens. Nessa linha, o jornalismo não pode ser considerado uma mera atividade técnica de divulgação de informações. Mais do que isso: traduz-se na tentativa de transmitir, da forma mais encantadora, elegante e atrativa possível, as mensagens que se considera relevantes.
  4. O objetivo maior do jornalismo é atrair a atenção do leitor/telespectador, jogando luzes sobre os aspectos da mensagem que merecem maior atenção. É importante para uma instituição, que deseja participar de um mercado tão competitivo e seletivo como esse, contar com profissionais competentes, qualificados e talentosos na execução dos serviços de produção para televisão. Sem esse critério, as possibilidades de sucesso e de competitividade tornam-se distantes.
  5. A busca pelo talento e pela criatividade tornou-se tão importante que passou a ser uma questão estratégica. É sabido que o talento e a criatividade representam um custo adicional aos salários e benefícios. Ao mesmo tempo, salários competitivos elevam a produtividade e garantem bons resultados.
  6. Nos últimos anos, em função da abertura de um número cada vez maior de cursos superiores, em praticamente todas as áreas do conhecimento, existem muitas pessoas habilitadas, no entanto, sem a devida qualificação. Com o jornalismo não é diferente.
  7. Para oferecer ao cidadão/telespectador um produto diferenciado, é de fundamental importância o recrutamento de profissionais capacitados para exercer funções complexas e que requerem habilidades não só intelectuais, mas também comportamentais e emocionais.
  8. Encontrar e reter esses talentos não são tarefas fáceis. O modelo de contratação por postos de trabalho reforça a execução presencial exclusiva e os pagamentos associados única e exclusivamente à carga horária de trabalho.
  9. O modelo de planilha de custos e formação de preços deve considerar a adoção do Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho firmada pelas categorias patronal e laboral do Recife/PE.
  10. Aplanilha de custos e formação de preços servirá como objeto de análise e verificação do atendimento aos requisitos legais e editalícios, além de constituir a base e referência para ajustes e repactuações futuras, se houver.
  11. Os profissionais contratados para a execução dos serviços deverão possuir:
      1. **Repórter Regional:** bacharelado em Comunicação Social/Jornalismo; comprovados conhecimentos de coordenação de equipe de reportagem, edição jornalística, jornalismo audiovisual, produção para TV; comprovada experiência mínima de 2 (dois) anos com o Poder Judiciário, fluência na linguagem jurídica; portfólio ou currículo documentado pessoal que comprove a experiência exigida; facilidade de integrar-se em equipe; capacidade de liderança; criatividade e flexibilidade para coordenar programas; credibilidade e dinamismo.
      2. **Editor Pós-Produção:** experiência e comprovado conhecimento em edição não linear, pós-produção, sonorização e efeitos especiais; conhecimento técnico da área e domínio dos softwares Avid Media Composer (versão 5 ou superior), Adobe Effects (versão CS5 ou superior) e Final Cut (versão 6); comprovada experiência mínima de 2 (dois) anos com o Poder Judiciário, fluência na linguagem jurídica; portfólio ou currículo documentado pessoal que comprove a experiência exigida; criatividade e capacidade de trabalhar em equipe.
      3. **Operador de Câmera:** experiência na realização de programas jornalísticos transmitidos em rede nacional ou regional de televisão; comprovados conhecimentos técnicos sobre o manuseio do equipamento e sobre iluminação e fotografia; portfólio ou currículo documentado pessoal que comprove a experiência exigida; sensibilidade, criatividade e capacidade de trabalhar em equipe.
      4. **Assistente de produção/pauta:** conhecimento e experiência na produção jornalística para TV; portfólio ou currículo documentado pessoal que comprove a experiência exigida; comprovada experiência mínima de 1 (um) ano com o Poder Judiciário, fluência na linguagem jurídica; dinamismo e capacidade de trabalhar em equipe.
  12. É indispensável a apresentação do currículo de cada profissional, com comprovantes de atendimento dos requisitos enumerados acima.
  13. A qualificação profissional dos prestadores de serviço será verificada quando do início da efetiva prestação de serviço em cada posto de trabalho. Caso os requisitos de qualificação não sejam atendidos conforme os termos deste TR, a CONTRATADA será notificada e deverá providenciar a substituição imediata do prestador de serviço indicado. A ocorrência de posto de trabalho descoberto será considerada nas medições e pagamentos para efeitos de aplicação de glosa.

1. **ESTIMATIVA DE CUSTOS**
   1. A planilha abaixo mostra o resumo dos custos e a formação de preços apurados em planilhas, com a finalidade de:
      1. Realizar a previsão orçamentária;
      2. Fixar critérios de aceitabilidade dos preços propostos pelas licitantes.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Categoria** | **Categoria** | **Qtd** | **Valor Mensal do Posto / 2015**  **R$** |
| Repórter Regional - **PE** | Jornalista | 1 | R$ 17.391,39 |
| Editor de Pós-Produção - **PE** | Radialista | 1 | R$ 11.134,48 |
| Operador de Câmera UPE- **PE** | Radialista | 1 | R$ 9.017,59 |
| Assistente de Produção/Pauta - **PE** | Radialista | 1 | R$ 7.723,37 |
| **TOTAL** | | | R$ 45.266,84 |

* 1. Portanto, os serviços objeto deste Termo de Referência estão estimados em R$ 45.266,84 (quarenta e cinco mil duzentos e sessenta e seis reais e oitenta e quatro centavos) mensais, perfazendo o valor total anual de R$ 543.202,08 (quinhentos e quarenta e três mil duzentos e dois reais e oito centavos).
     1. A estimativa de custos está amparada no valor estimado pelo mercado e na planilha estimativa de custos e formação de preços elaborada pelo CONTRATANTE, considerando todas as despesas com mão de obra, taxa de administração, lucro e outros que serão de responsabilidade do licitante.

1. **PROPRIEDADE, SIGILO E SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES**
   1. Todas as informações obtidas pela CONTRATADA quando da execução dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, devendo zelar seus representantes e empregados pela manutenção do sigilo de informações e documentos, que tenham conhecimento em razão dos serviços executados;
   2. Todas as informações, imagens e documentos a serem manuseados e utilizados são de propriedade do órgão, não podendo ser repassados, copiados, alterados ou absorvidos pela CONTRATADA sem expressa autorização do CONTRATANTE.
   3. Será considerada ilícita a divulgação, o repasse ou a utilização indevida de informações, bem como de documentos, imagens, gravações e informações usados durante a prestação dos serviços.
   4. A CONTRATADA obriga-se a dar ciência imediata, por escrito, ao CONTRATANTE, sobre qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços.
   5. Cada profissional a serviço da CONTRATADA deverá estar ciente de que a infraestrutura do órgão não poderá ser utilizada para fins particulares.
   6. A CONTRATADA deverá entregar ao órgão toda e qualquer documentação produzida decorrente da prestação de serviços, objeto desta licitação, bem como, cederá ao órgão, em caráter definitivo e irrevogável, a propriedade intelectual das produções realizadas durante a vigência do contrato e eventuais aditivos, entendendo-se por produções quaisquer textos, roteiros, imagens, artes, vinhetas, efeitos, programas, desenhos, e documentação, em papel ou em qualquer forma ou mídia.
2. **LOCAL E HORÁRIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. Os serviços serão realizados nas instalações do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, localizado na Av. Cais do Apolo, S/N, bairro Recife Antigo, Recife/PE – CEP: 50030-908 – Tel: (81) 3425.9000.
   2. **Horário de Execução dos Serviços**
      1. A jornada dos profissionais deverá ser entre 8h e 20 horas, de segunda a sexta feira, observadas as jornadas máximas fixadas nas Convenções Coletivas de Trabalho para fins de compensação.
3. **DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E ACEITE DOS SERVIÇOS**
   1. Controle da Execução dos Serviços
      1. Mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês, o preposto da CONTRATADA encaminhará ao Gestor do contrato um Relatório Mensal de Atividades.
      2. Todos os serviços concluídos no mês anterior devem constar do Relatório Mensal de Atividades no qual será feito a validação pelo Gestor do contrato.
4. **INFRAESTRUTURA DE PRODUÇÃO**
   1. Para a prestação dos serviços, a CONTRATADA utilizará equipamentos de produção para TV, de responsabilidade da Divisão de Comunicação Social da CONTRATANTE, e materiais de consumo, também fornecidos pelo CONTRATANTE, necessários a sua operação.
      1. O chefe de equipe se responsabilizará pelo equipamento que for retirado das dependências da respectiva Assessoria de Comunicação, devendo devolvê-lo íntegro e no mesmo estado de conservação de sua retirada.
      2. A CONTRATADA deverá indenizar ao CONTRATANTE por dano a equipamento acautelado, de acordo com orçamento apresentado pela empresa com a qual o CONTRATANTE mantém contrato de manutenção preventiva e corretiva dos referidos equipamentos.
   2. O CONTRATANTE disponibilizará acomodações físicas e condições de trabalho, junto à área de Comunicação Social do TRF5 para a execução dos serviços.
5. **QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA (ACÓRDÃO Nº 1214/2013 – TCU – Plenário)**
   1. Considera-se a proposta mais vantajosa para a Administração aquela que contempla produto ou serviço de boa qualidade, associada a preço compatível com o praticado pelo mercado, conforme previsto no art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/93.
   2. Para que se obtenha a proposta mais vantajosa é necessária a especificação do produto ou serviço adequada às reais necessidades da Administração e a formulação de exigências de qualificação técnica e econômico-financeira que não restrinjam a competição e propiciem a obtenção de preços compatíveis com os de mercado, mas que afastem empresas desqualificadas do certame.
   3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL**:**
      1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços nas características, quantidades e prazos, abaixo relacionados:
         1. Comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos, ininterruptos ou não, na prestação destes serviços terceirizados até a data da sessão pública de abertura deste Pregão.
            1. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez.
            2. Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro.
         2. Comprovação de ter produzido pelo menos 6 (seis) produtos semelhantes ao objeto do presente termo de referência, com no mínimo 5 minutos de duração, no período de um ano.
         3. Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante administra ou administrou serviços de terceirização, com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de empregados que serão necessários para suprir os postos contratadas em decorrência desta licitação.
            1. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.
      2. Cada Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer à empresa que efetivamente prestará o serviço, ou seja, com o mesmo número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da matriz ou de uma filial.
      3. A CONTRATANTE poderá confirmar a autenticidade dos Atestados de Capacidade Técnica por meio de diligência às instituições fornecedoras dos atestados.
      4. A CONTRATANTE poderá solicitar cópias dos produtos citados nos respectivos Atestados de Capacidade Técnica.
      5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
6. **PREPOSTO**
   1. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração do TRF5, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados a sua qualificação profissional.
   2. O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, para tratar dos assuntos pertinentes à implantação de postos e execução do contrato, relativos a sua competência, bem como firmar, com o servidor designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato.
   3. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.
   4. A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.
7. **DAS PENALIDADES**
   1. Nos termos do art. 86 e do art. 87, ambos da Lei nº 8.666/1993, pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato a ser celebrado com o CONTRATANTE poderá este, garantida a ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as **sanções específicas fixadas a seguir, além daquelas previstas no instrumento contratual**:
      1. Tabela de multas por grau de infração:

|  |  |
| --- | --- |
| **GRAU** | **VALOR** |
| **1** | 0,2% sobre o valor mensal do contrato |
| **2** | 0,4% sobre o valor mensal do contrato |
| **3** | 0,6% sobre o valor mensal do contrato |
| **4** | 0,8% sobre o valor mensal do contrato |
| **5** | 1,6% sobre o valor mensal do contrato |

* + 1. Tabela de infrações:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **INFRAÇÃO** | **GRAU** |
| **1** | Deixar de executar qualquer tarefa constante das obrigações pactuadas ou previstas em lei para as quais não se comine outra penalidade, conforme descrição constante do **Anexo II** e do **Anexo III**. | **1** |
| **2** | **DEIXAR DE:** |  |
| **2.1** | Apresentar cópia do recolhimento individualizado específico do Contrato, por empregado, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mensalmente, junto à nota de pagamento, por ocorrência e por dia de atraso, contado a partir da notificação do gestor do contrato à CONTRATADA. | **5** |
| **2.2** | Apresentar cópia da folha de pagamento dos empregados, quitada, acompanhada dos comprovantes específicos do Contrato de fornecimento de auxílio-alimentação e auxílio-transporte, mensalmente, junto à nota de pagamento, por ocorrência e por dia de atraso, contado a partir da notificação do gestor do contrato à CONTRATADA. | **5** |
| **2.3** | Executar o pagamento do 13º salário dos seus empregados, por dia de atraso. | **5** |
| **2.4** | Comunicar ocorrências anormais, por ocorrência. | **2** |
| **2.5** | Mencionar na comunicação referida no item anterior circunstância relevante, por ocorrência. | **2** |
| **2.6** | Substituir empregado por solicitação fundamentada do CONTRATANTE, por empregado e por dia | **3** |
| **2.7** | Observar as determinações do CONTRATANTE quanto à permanência e circulação de seus empregados no prédio do TRF5, por ocorrência. | **2** |
| **2.8** | Cumprir orientação do CONTRATANTE quanto à execução dos serviços, por ocorrência. | **3** |
| **2.9** | Fornecer a relação nominal dos empregados, por ocorrência. | **2** |
| **3** | Manter em serviço empregado sem identificação, por empregado e por dia. | **1** |
| **4** | Manter em serviço número de empregados inferior ao contratado, por empregado e por dia. | **4** |
| **5** | Interromper a realização do serviço de disponibilização da mão-de-obra, por dia de paralisação. | **5** |
| **6** | **CONSIDERA-SE INFRAÇÃO CONTRATUAL PASSÍVEL DE MULTA, SEM PREJUÍZO DAS COMINAÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:** |  |
| **6.1.** | Não conceder o intervalo, fixado em lei, para refeição, por dia/empregado. | **3** |
| **6.2** | Não conceder o intervalo fixado em lei para repouso e descanso semanal remunerado, por semana/empregado. | **3** |
| **6.3** | Manter empregado em serviço além da jornada normal de trabalho ou de prorrogação autorizada em lei, por dia/empregado. | **3** |
| **6.4** | Deixar de pagar os acréscimos salariais decorrentes de lei ou Contrato, por empregado. | **5** |
| **6.5** | Deixar de cumprir exigências relativas à higiene e segurança no trabalho, por ocorrência. | **2** |
| **6.6** | Fornecer com atraso ou não fornecer vale-transporte aos seus empregados ou deixar de fornecer transporte (por meio próprio ou locado), por ocorrência e por dia. | **5** |
| **6.7** | Fornecer com atraso, ou não fornecer dentro dos padrões de qualidade exigidos pelo *CPJUS*, os serviços contratados e listados no item 4.0. | **5** |
| **6.8** | Deixar de apresentar Carteira de Trabalho e Previdência Social dos empregados, quando solicitado pelo CONTRATANTE, por solicitação. | **2** |
| **6.9** | Permitir que o empregado se apresente com traje sujo, rasgado ou em condições inadequadas de uso, por vez. | **1** |
| **6.10** | Deixar de pagar os salários dos empregados até a data limite fixada em lei ou na Convenção Coletiva de Trabalho, em horário bancário, do mês posterior ao da prestação dos serviços, por ocorrência. | **5** |
| **6.11** | Subcontratar quaisquer dos serviços constantes deste TR. | **5** |

* 1. Serão aplicadas ainda à CONTRATADA, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as penalidades conforme a seguir:

**Multa por Descumprimento de Prazos e Obrigações**

* + 1. Na hipótese da CONTRATADA não iniciar a execução do objeto contratado no prazo estabelecido, caracterizar-se-á atraso, e será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.
       1. A CONTRATANTE, a partir do 10º (décimo) dia de atraso, poderá recusar o objeto contratado, ocasião na qual será cobrada a multa relativa à recusa e não mais a multa diária por atraso, ante a inacumulabilidade da cobrança.
    2. Em caso de recusa do objeto contratado aplicar-se-á multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação;
    3. Entende-se configurada a recusa, além do descumprimento do prazo estabelecido no subitem 13.2.1. deste Termo de Referência, as hipóteses em que a CONTRATADA não apresentar situação regular conforme exigências contidas no Edital, no Termo de Referência e no Instrumento Contratual.
  1. Caso a CONTRATADA não atenda aos demais prazos e obrigações constantes no Edital, neste Termo de Referência e no Contrato, aplicar-se-á multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.
  2. A multa aplicada em razão de atraso injustificado não impede que a Administração rescinda a contratação e aplique outras sanções previstas em lei.

**Multa por Rescisão**

* 1. Nas hipóteses de rescisão unilateral, deve ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.
     1. Não deve haver cumulação entre a multa prevista neste artigo e a multa específica prevista para outra inexecução que enseje em rescisão. Nessa hipótese, deve ser aplicada a multa de maior valor.
  2. As multas descritas serão descontadas de pagamentos a serem efetuados ou da garantia, quando houver, ou ainda cobradas administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente.
  3. O CONTRATANTE poderá suspender os pagamentos devidos até a conclusão dos processos de aplicação das penalidades.
  4. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita ainda ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE, bem como será descredenciada do SICAF e, se submeterá ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei 8.666/1993.
  5. As penalidades aplicadas à CONTRATADA serão registradas no SICAF.
  6. A CONTRATADA não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pelo CONTRATANTE, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela Administração.

1. **DOS DIREITOS AUTORAIS E PATRIMONIAIS**
   1. Todos os direitos autorais decorrentes da execução deste Instrumento são de exclusiva propriedade do CONTRATANTE, nos termos do art. 111 da Lei nº 8.666/93, ficando vedada à CONTRATADA qualquer utilização indevida, para quaisquer fins e sob qualquer pretexto, do material fornecido ou produzido, sem autorização expressa daquele, sob as penas da lei.
2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
   1. Manter sede, filial ou escritório credenciado, no Recife/PE ou em sua Região Metropolitana, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

*Item 9.1.11 do Acórdão 1214/13 - TCU: seja fixada em contrato a obrigatoriedade de a contratada instalar, em prazo máximo de 60 (sessenta) dias, escritório em local (cidade/município) previamente definido pela administração*

* 1. Providenciar, para todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias, cartão cidadão ou outro cartão equivalente, que possibilite a consulta e recebimentos de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável;
     1. Caso o empregado não tenha interesse em consultar os recebimentos de benefícios sociais, caberá à CONTRATADA, para ser dispensada desta obrigação, apresentar documento firmado pelo trabalhador, em que este manifeste claramente seu desinteresse em possuir o cartão cidadão, bem como em ter acesso ao Extrato de Informações Previdenciárias pela Internet.
  2. Providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;
  3. Efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na cidade do Recife/PE;
  4. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;
  5. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações trabalhistas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
  6. Disponibilizar prestadores de serviço especializados para o desenvolvimento dos trabalhos. Os prestadores de serviço disponibilizados executarão os serviços solicitados, cumprindo seus trabalhos em local apropriado, a eles destinados pela CONTRATANTE;
  7. Recrutar, selecionar, treinar e encaminhar ao TRF5 os prestadores de serviço necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima prevista neste Termo de Referência;
  8. Fornecer relação nominal dos prestadores de serviço que atuarão junto ao CONTRATANTE, até 2 (dois) dias úteis antes do início dos trabalhos, indicando a função, habilitação, formação, endereço residencial e horário de trabalho. A CONTRATADA deverá, ainda, encaminhar currículo de todos os prestadores de serviço que atuarão junto a CONTRATANTE regularmente ou em substituição;
  9. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do CONTRATANTE, quando tenham sido causados por seus empregados durante a execução dos serviços;
  10. Devolver os crachás de acesso de seus prestadores de serviço quando do término do contrato, devendo ainda ser o CONTRATANTE ressarcida por eventuais extravios ou danos;
  11. Responsabilizar-se pelo transporte (de ida e de volta) do seu pessoal até as dependências do CONTRATANTE, por meios próprios ou mediante vale-transporte;
  12. Pagar os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas; Comprovar, a partir do segundo mês da prestação dos serviços, os pagamentos referentes ao recolhimento das Contribuições Sociais – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social – correspondentes ao mês da última competência, compatíveis com o efetivo declarado, nos termos do §4º do artigo 31, da Lei nº 9.032, de 26 de abril de 1995, e da Nota Fiscal/Fatura atestada pelo Gestor/Fiscal designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei n.º 8.666/1993;
  13. Pagar os salários dos seus empregados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido e em horário de expediente bancário, através de depósito bancário na conta do trabalhador, conforme inciso III do Art. 19-A da IN nº 02/2008 – MPOG, bem assim recolher, no prazo legal, os encargos decorrentes das contratações, exibindo, sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os respectivos comprovantes. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de cheques pré-datados ou de outra praça para efetuar tais pagamentos;
  14. Estar ciente de que as provisões dos encargos trabalhistas pertinentes às férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário constantes da(s) planilha(s) de custo e formação de preços serão glosadas dos valores mensais das faturas e depositadas em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, no banco público oficial conveniado (Caixa Econômica Federal – Agência 1421 – Localizada no térreo do Edf. Sede do TRF 5ª Região), para movimentação e liberação futuras, e, ainda:
      1. Os percentuais de retenção estão definidos no Anexo I da Instrução Normativa nº 01/2016 do Conselho da Justiça Federal;
      2. Eventuais despesas para abertura e para a manutenção da conta-corrente vinculada deverão ser suportadas na taxa de administração constante na proposta comercial da empresa;
      3. O valor da taxa de abertura e de manutenção de conta será retido do pagamento mensal devido à contratada e creditado na conta-corrente vinculada, caso o banco público promova o desconto diretamente na conta;
      4. A forma e o índice de remuneração da conta-corrente vinculada será o da poupança ou outro definido no acordo de cooperação técnica, sempre escolhido o de maior rentabilidade;
      5. De atender a todas as exigências contidas na Instrução Normativa nº 001, de 20 de janeiro de 2016 do Conselho da Justiça Federal.
  15. Entregar ao banco público oficial conveniado (Caixa Econômica Federal – Agência 1421 – Localizada no térreo do Edf. Sede do TRF 5ª Região), no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de assinatura do Instrumento Contratual, os documentos de abertura da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação - e de termo específico da instituição financeira oficial que permita ao contratante acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do contratante, conforme Termo de Cooperação, sob pena de rescisão contratual;
  16. No momento da assinatura do contrato, autorizar a CONTRATANTE a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por sua parte, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme inciso IV do art.19-A da IN nº 02/2008 – MPOG;
  17. Levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todos os ônus para reparação de eventuais danos causados;
  18. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor.
  19. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
  20. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
  21. Substituir por outro profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos toda e qualquer falta ou ausência, incluindo o período de férias. Caso o posto fique em aberto, os dias em questão não serão remunerados pela CONTRATANTE;
  22. Estabelecer, com seus empregados, regime de compensação de horas extras trabalhadas conforme estiver estabelecido nas Convenções Coletivas de Trabalho;
  23. Remunerar o profissional substituto com o salário devido ao profissional substituído, recolhendo-se os encargos correspondentes e previstos contratualmente;
  24. Receber, sob acautelamento, os equipamentos de propriedade do CONTRATANTE, se responsabilizando por danos ou avarias sofridas durante a sua guarda;
  25. Conceder mensalmente, a cada profissional, vale-refeição na forma e critérios estabelecidos em norma da empresa e nas Convenções Coletivas de Trabalho de cada categoria profissional.
  26. Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
  27. Observar, no que for possível, as praticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços descriminadas no art. 6º da Instrução Normativa nº 01/2015;
  28. Não contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRF5, devendo na ocorrência de quaisquer umas das hipóteses descritas, comunicar, de imediato e por escrito, à CONTRATANTE, respondendo, na forma da lei, pela omissão;
  29. Observar a determinação contida no art. 3º da Resolução nº 07 (18/10/2005) do Conselho Nacional de Justiça, com nova redação dada pela Resolução nº 09-06/12/2005;
  30. Autorizar a Administração, no momento da assinatura do contrato, a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista na alínea “k” do inciso XIX do art. 19 da Instrução Normativa nº 02/2008;
  31. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XIII, art. 55, da Lei nº 8.666/1993.
  32. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de telefone, endereço eletrônico ou endereço físico, sob pena de infração contratual;
  33. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, neste Termo de Referência e outras previstas no Contrato.

1. **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**
   1. Expedir a ordem de serviço;
   2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços;
   3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto;
   4. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
   5. Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados;
   6. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
   7. Fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados da CONTRATADA;
   8. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos neste Termo de Referência, solicitando à CONTRATADA as substituições que se verificarem necessárias.
2. **DO PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO**

# DO DOCUMENTO DE COBRANÇA

* 1. Para efeitos de pagamento, a Contratada deverá apresentar documento de cobrança, constando de forma discriminada, a efetiva realização do objeto contratado, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta-corrente em que o crédito deverá ser efetuado.
  2. Por ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções determinadas em lei, sem prejuízo das retenções previstas neste Termo de Referência e no contrato respectivo.
  3. Quando do faturamento e emissão do documento de cobrança, a CONTRATADA deverá enviar ao Contratante, cumulativamente:
     1. Comprovantes de pagamento dos salários dos empregados da CONTRATADA que trabalham nas dependências deste tribunal, inclusive de feristas ou substitutos no período, férias e/ou 13º salário quando for o caso, pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de referência;
     2. As guias de recolhimento do INSS e FGTS, respectivos comprovantes de pagamento, GFIP e comprovante de transmissão, relativos ao mês anterior ao da prestação dos serviços de manutenção, discriminando o nome de cada um dos beneficiados;
     3. Cópia das folhas de ponto dos empregados/cartão de ponto, constando os afastamentos e as correspondentes coberturas;
     4. Comprovantes de fornecimento integral dos vales-transporte e dos vales-alimentação e/ou refeição, referente ao mês subsequente ao da prestação dos serviços;
     5. Concessão de férias e correspondente pagamento adicional de férias. Para melhor acompanhamento e fiscalização, as férias devem iniciar no primeiro dia de cada mês;
     6. Realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;
     7. Declaração de Opção do Simples Nacional;
     8. Certidão de regularidade com a Seguridade Social (CND-INSS);
     9. Certidão de regularidade com o FGTS (CRF-FGTS);
     10. Certidão de regularidade com a Fazenda Federal (CONJUNTA);
     11. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
     12. Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da Contratada;
     13. Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da Contratada.
  4. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela Contratada, na Seção de Malotes do TRF da 5ª Região, localizado térreo da Ampliação do Edifício Sede, situado na Avenida Cais do Apolo, s/n, Bairro do Recife, Recife/PE, CEP 50030-908, CNPJ n.º 24.130.072/0001-11.
  5. Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Edital, neste Termo de Referência e no Instrumento Contratual ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a licitante vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.
  6. Após o recebimento do documento de cobrança, o fiscal do contrato terá até **05 (cinco) dias úteis** para realizar o atesto respectivo e encaminhá-lo para o pagamento.

# DO PAGAMENTO

* 1. O pagamento será efetuado, mensalmente, referente aos serviços prestados no mês imediatamente anterior, através de crédito em conta-corrente até o 5º (quinto) dia útil após o(s) atesto(s) do(s) documento(s) de cobrança e cumprimento da perfeita realização dos serviços e prévia verificação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.
  2. O valor do pagamento será aquele apresentado no documento de cobrança, descontadas as glosas, conforme o caso.
     1. Antes do pagamento, a Administração realizará consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação.
     2. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, proceder-se-á à sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de cinco (5) dias úteis, a CONTRATADA regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;
     3. O prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração;
     4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
     5. Persistindo a irregularidade, a Administração adotará as medidas necessárias à rescisão do contrato em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa;
     6. Havendo a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF;
     7. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA.
  3. Para os demais inadimplementos que não estão previstos na tabela de glosas (constante do Acordo de Níveis de Serviço - ANS), serão aplicadas as penalidades previstas no Termo de Referência, através de processo administrativo.
  4. É vedado ao TRF5 o pagamento de despesas de transporte e hospedagem dos funcionários da contratada.
  5. O valor devido que deverá ser pago à Contratada será composto de:
     1. Valor Principal (VP) - O valor referente aos serviços prestados mensalmente.
     2. Descontos referentes ao não cumprimento de Acordo de Nível de Serviço (DANS).
     3. VALOR A SER PAGO = VP – DANS
  6. Serão glosadas, ainda, dos valores mensais das faturas e depositadas em conta-corrente vinculada no banco público oficial conveniado, para movimentação e liberação futuras, as provisões dos encargos trabalhistas pertinentes às férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário constantes da(s) planilha(s) de custo e formação de preços da(s) empresa(s) contratada(s).
  7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo TRF da 5ª Região, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, terá a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| EM | = | Encargos Moratórios; |
| N | = | Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; |
| VP | = | Valor da parcela a ser paga; |
| I | = | Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado: |
|  |  | I = (TX/100) → I = (6/100) → I = 0,0001644   1. 365   TX = Percentual da taxa anual = 6% |

* 1. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

1. **DA REPACTUAÇÃO DOS CUSTOS DA MÃO DE OBRA (FOLHA DE SALÁRIOS)** 
   1. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, será utilizada na presente contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra (folha de salários) e estiver vinculada às datas-base desses Instrumento, conforme estabelece o art. 5º do Decreto nº 2.271/97.
      1. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no item 18.1., e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato é direito da CONTRATADA e não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme estabelece o art. 37, inc. XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado à CONTRATADA receber o pagamento se mantidas as condições efetivas da proposta.
      2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultantes em datas diferenciadas.
      3. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
   2. O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra (folha de salários) e estiver vinculada às datas-base desses instrumentos.
   3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.
   4. As repactuações envolvendo a mão de obra (folha de salários) serão precedidas, obrigatoriamente, de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.
      1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
      2. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
      3. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.
      4. O prazo referido no subitem 18.4.2 ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
      5. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.
      6. As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus, mas não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.
         1. A CONTRATADA deverá exercer o direito à repactuação, pleiteando o reconhecimento deste perante a CONTRATANTE a partir do 3º (terceiro) dia da data do depósito, e desde que devidamente registrado, no órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego, o acordo ou a convenção coletiva de trabalho que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato, até a data da assinatura do instrumento de aditamento de prorrogação contratual subsequente, conforme determinado nos Acórdãos TCU nos 1.827/2008 e 1.828/2008, do Plenário, Parecer AGU JT-02, aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, publicado no Diário Oficial da União de 06/03/2009, e § 7º do art. 40 da IN STLI nº 02/08, no caso em que serão reconhecidos os efeitos financeiros desde a data estabelecida no acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa que alterou o salário da categoria profissional, observada a periodicidade anual.
         2. Se a CONTRATADA não exercer de forma tempestiva seu direito à repactuação no prazo estabelecido neste item e, por consequência, firmar o instrumento de aditamento de prorrogação do contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar em relação ao último acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa.
         3. Nas situações abaixo relacionadas, o contrato poderá ser prorrogado e o instrumento de aditamento da prorrogação poderá conter cláusula - por solicitação da CONTRATADA, acompanhada das devidas justificativas, desde que não tenha dado causa para o descumprimento do prazo estabelecido neste item para solicitação de repactuação, ou por interesse da Administração, devidamente justificado - prevendo a possibilidade de repactuação pretérita com efeitos financeiros desde a data estabelecida no acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa que alterou o salário da categoria profissional:
            1. O acordo ou convenção coletiva de trabalho não tiver sido depositado até a data da prorrogação contratual;
            2. O acordo ou convenção coletiva de trabalho for depositado, ou procedida à solicitação de repactuação, em data próxima à da prorrogação contratual, no caso em que o processamento da repactuação poderá, justificadamente, prejudicar a prorrogação.
            3. Qualquer outra situação em que a CONTRATADA, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de repactuação não tenha sido feita no prazo estabelecido neste item, ou que haja interesse da CONTRATANTE.
      7. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
         1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
         2. Em data futura, desde que acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
         3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma do acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
      8. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
      9. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.
2. **DO REAJUSTAMENTO DOS CUSTOS DOS INSUMOS E MATERIAIS (EXCETO EQUIPAMENTOS)** 
   1. O reajuste de preços poderá ser utilizado na presente contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano da data-limite para apresentação das propostas constante deste edital, em relação aos custos com insumos e materiais (exceto equipamentos) necessários à execução do serviço (se houver).
   2. Será considerado índice inicial o da data da apresentação de proposta, com base na seguinte fórmula (Decreto nº 1.054/94 e Lei nº 10.192/01):

## R= V x I – Io

## Io

## Sendo:

## R = Valor do reajuste procurado;

## V = Valor contratual da locação;

## I = Índice relativo ao mês do reajuste

## Io = Índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondentes ao mês da entrega da proposta da licitação.

* + 1. O índice a ser utilizado para o cálculo do reajustamento do contrato é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) IBGE.
    2. O reajuste para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no item 89, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato é direito da CONTRATADA e não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme estabelece o art. 37, inc. XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurada à contratada receber o pagamento se mantidas as condições efetivas da proposta.
    3. O interregno mínimo de 01 (um) ano para o primeiro reajuste será contado a partir da data-limite para apresentação das propostas constantes deste edital, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes dos insumos e materiais (exceto equipamentos) necessários à execução do serviço.
    4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.
  1. Os reajustes serão precedidos obrigatoriamente de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de memorial do cálculo e da apresentação da planilha de custos e formação de preços, conforme for a variação de custos objeto do reajuste.
     1. É vedada a inclusão, por ocasião do reajustem de itens de insumos e materiais não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
     2. A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo máximo de 60 dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
     3. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.
     4. O prazo referido no subitem 19.3.2 ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
     5. Os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.
        1. A CONTRATADA deverá exercer o direito ao reajuste, pleiteando o reconhecimento deste perante a CONTRATANTE desde a data do aniversário da apresentação da proposta até a data da assinatura do instrumento de adiatamento de prorrogação contratual subsequente, conforme determinado nos Acórdãos TCU nºs 1.827/2008 e 1.828/2008, do Plenário, Parecer AGU JT-02, aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, publicado no Diário Oficial da União de 06/03/2009, e 3/2009, e § 7º do art. 40 da IN SLTI nº 02/08, caso em que serão reconhecidos os efeitos financeiros desde a data do aniversário da apresentação da proposta a que se referir o reajuste, observada a periodicidade anual.
        2. Se a CONTRATADA não exercer de forma tempestiva seu direito ao reajuste no prazo estabelecido neste item e, por consequência, firmar o instrumento de aditamento de prorrogação do contrato sem pleitear o respectivo reajuste, ocorrerá a preclusão do seu direito ao reajuste em relação ao último aniversário da data da apresentação da proposta.
        3. Nas situações abaixo relacionadas, o contrato poderá ser prorrogado e o instrumento de adiatamento da prorrogação poderá conter cláusula – por solicitação da CONTRATADA, acompanhada das devidas justificativas, desde que não tenha dado causa para o descumprimento do prazo estabelecido neste item para solicitação de reajuste, ou por interesse da Administração, devidamente justificado – prevendo a possibilidade de reajuste pretérito com efeitos financeiros desde a data de aniversário da apresentação da proposta:
           1. O índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado, ou procedida à solicitação de reajuste em data muito próxima à da prorrogação contratual, no caso em que o processamento do reajuste poderá, justificadamente, prejudicar a prorrogação.
           2. Qualquer outra situação em que a CONTRATADA, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido neste item, ou que haja interesse da contratante.
     6. Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas do interregno mínimo de 01 (um) ano da data de ocorrência do fato gerador que deu causa ao reajuste, ou seja, do aniversário da data-limite para apresentação das propostas constante deste edital, em relação aos custos com insumos e materiais (exceto equipamentos) necessários à execução do serviço.
     7. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão exclusivamente para os itens que o motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
     8. O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.
     9. O motivo de não se admitir o reajuste dos equipamentos prende-se ao fato de que não são adquiridos no início do contrato, podendo ser depreciados por legislação própria, diferentemente dos insumos e materiais que devem ser renovados (adquiridos) mensalmente ou periodicamente. Também não há a certeza de que o contrato será prorrogado, mas mera expectativa.

1. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL** 
   1. Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive indenização a terceiros e multas eventualmente aplicadas, a CONTRATADA apresentará garantia anual de 5% (cinco) por cento em uma das modalidades estabelecidas no art. 56 da Lei n° 8.666/1993, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a data da assinatura deste Contrato, prorrogáveis por igual período, a critério d CONTRATANTE.
   2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o limite de 2% (dois por cento).
   3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.
   4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
      1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
      2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
      3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
      4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.
   5. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
   6. A garantia deverá vigorar durante todo o período de vigência contratual, mantendo-se válida até 03 (três) meses após o término deste Contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação;
   7. Havendo opção pela modalidade caução em dinheiro, o valor deverá ser depositado em conta-caução na Caixa Econômica Federal.
   8. A garantia ficará sob a responsabilidade e à ordem da CONTRATANTE.
   9. A garantia será considerada extinta:
      1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
      2. Após o prazo estabelecido no item 20.6, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.
   10. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.
   11. O TRF da 5ª Região executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
   12. Havendo repactuação de preços, acréscimo ou supressão de serviços, a garantia será acrescida ou devolvida, guardada a proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor resultante da alteração, conforme o art. 56 §4º, da Lei 8.666/1993.
   13. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data em que for notificada, pelo CONTRATANTE.
2. **DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**
   1. Nos termos do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93, a responsabilidade pela gestão desta contratação ficará a cargo da **Divisão de Comunicação Social do TRF da 5ª Região**, através do servidor designado, que também será responsável pelo recebimento e atesto do documento de cobrança.
   2. As atribuições do gestor e do fiscal do contrato estão definidas na Instrução Normativa nº 03, de 28 de abril de 2014, da Diretoria Geral do TRF da 5ª Região, publicada no Diário Eletrônico Administrativo do TRF da 5ª Região nº 77.0/2014, do dia 29 de abril de 2014.
   3. A fiscalização deste Contrato será realizada por servidor a ser indicado pela Diretoria Geral.
   4. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.
   5. Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da contratada, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de administração da **CONTRATANTE**, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Edital e no Termo de Referência, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.
3. **DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. O prazo de vigência do contrato a ser firmado será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, quando comprovada a vantajosidade para a Administração, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:
      1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
      2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
      3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
      4. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.
   2. O prazo de início da execução dos serviços será de, no máximo, **10 (dez) dias corridos,** contados a partir do recebimento da Ordem de Início dos Serviços, a ser emitida pela **Unidade Técnica responsável**, no prazo de até 10 (dez) corridos da assinatura do Instrumento Contratual, podendo ser prorrogado à critério da Administração.
   3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993.
   4. Toda prorrogação será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração.
   5. A prorrogação de contrato, quando vantajosa para a Administração, será promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual será submetido à aprovação da Assessoria Jurídica do TRF5.
   6. A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos de serviços continuados estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, quando o contrato contiver previsões de que:
      1. Os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de Lei;
      2. Os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE.
   7. O CONTRATANTE realizará negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação
   8. A pelo menos 90 (noventa) dias do término da vigência do contrato, o CONTRATANTE expedirá comunicado à CONTRATADA para que esta manifeste, dentro de 05 (cinco) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato.
   9. Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o CONTRATANTE providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.
   10. A resposta da CONTRATADA terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.
   11. Eventual desistência da CONTRATADA após a assinatura do termo aditivo de prorrogação, ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do CONTRATANTE a devida aplicação de penalidade.
4. **DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL** 
   1. No dia, hora e local fixado no edital, a proponente apresentará sua PROPOSTA DE PREÇOS dirigida ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, redigida no idioma nacional, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo(s) seus representante(s) legal(ais).
   2. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser impressa em papel timbrado da proponente, numerada em ordem sequencial, constando o seu endereço, em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, mencionando o número e o objeto da contratação, contendo ainda, em seu conjunto:
      1. **Planilhas Orçamentárias Propositivas**, devidamente assinadas e preenchidas com clareza e precisão, sem emendas ou rasuras. A proponente consignará nesse instrumento os preços unitários, totais parciais por item e o valor global dos serviços expresso em Reais, em algarismos e por extenso, devendo:
         1. Preencher e apresentar **Planilhas de Composição de Custos e Formação de Preços referente à mão de obra** para prestação dos serviços conforme modelos constantes dos **ANEXO V** deste Termo de Referência, contemplando cada perfil profissional exigido;
         2. A planilha modelo de composição de custos e formação de preços referente à mão de obra foi elaborada tendo-se como base as Convenções Coletivas de Trabalho do SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DE PE e SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO ABERTA OU POR ASSINATURA E AFINS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, considerando os pisos salariais mínimos fixados no item 5.5. deste Termos de Referência, para cada categoria;
         3. Deve a LICITANTE observar a convenção em vigor, no momento da apresentação da proposta.
         4. Deve a LICITANTE **observar os percentuais dos encargos trabalhistas definidos no Anexo I da Instrução Normativa nº 01/2016 do Conselho da Justiça Federal** (**ANEXO IV** deste Termo de Referência).
      2. Declaração expressa de que a proponente examinou, minuciosamente, o pertinente edital, seus **ANEXOS**, e que estudou, comparou e os encontrou corretos, aceitando e submetendo-se, integralmente, às suas condições, e que obteve da Comissão de Licitação, satisfatoriamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados, não havendo dúvidas acerca dos serviços a executar;
      3. Declaração expressa da proponente de que no preço global estão incluídos todos os benefícios e os custos diretos e indiretos que forem exigidos para prestação do serviço licitado, assim entendida, não só as despesas diretas, com a aquisição de materiais e pagamento da mão de obra, como também, as despesas indiretas, dentre elas: transporte de pessoal, alimentação, "know-how", "royalties", despesas financeiras, serviços de terceiros, aluguel e aquisição de máquinas; equipamentos, veículos e transportes; contribuições devidas à Previdência Social, encargos sociais e trabalhistas; impostos taxas e emolumentos incidentes sobre a prestação do serviço, agência de despachantes, ou outras despesas, quaisquer que sejam as suas naturezas.
   3. Os valores da planilha de composição de custos e formação de preços integrantes deste Termo de Referência são meramente estimativos, cabendo ao licitante preenchê-las e apresentá-las, em conformidade com a sua realidade e com o previsto neste documento.
      1. Os valores relativos à remuneração, encargos e benefícios atinentes à mão de obra, para cada categoria, constantes da proposta da licitante, terão caráter vinculatório e deverão ter seu pagamento comprovado mensalmente.
   4. Seguindo orientação do Tribunal de Contas da União-TCU, proferida no Acórdão n.º 950/2007-Plenário, não poderão ser inseridos na planilha de preços percentuais ou itens objetivando o ressarcimento de gastos com os impostos diretos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL.
   5. Conforme Acórdão 1.595/2006 – Plenário - TCU, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL não podem ser repassados para a CONTRATANTE, pois são tributos de natureza direta e personalíssima, que oneram diretamente a CONTRATADA;
   6. Os tributos (ISS, COFINS e PIS) foram definidos utilizando o regime de tributação de Lucro Real. Portanto a proposta e as respectivas planilhas de composição de custos e formação de preços devem estar baseadas no regime de tributação a que se sujeitará a empresa durante a execução do contrato;
   7. Considerar os percentuais dos tributos CONFINS e PIS de acordo com o seu regime tributário e econômico, conforme a seguinte tabela:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Regime Tributário e Econômico | **CONFINS** | **PIS** |
| Empresas optantes pelo regime de incidência cumulativa de PIS e de COFINS. | 3% | 0,65% |
| Empresas optantes pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e de COFINS. | 7,60% | 1,65% |

* 1. As alíquotas do COFINS e do PIS poderão ser inferiores para aquelas empresas que, quando da apuração do valor a recolher, descontarem créditos calculados em relação às aquisições de bens utilizados como insumos na prestação de serviço ou outros créditos, conforme prevê a legislação pertinente.
  2. A empresa que for optante do Imposto de Renda sobre o lucro real, deverá apresentar comprovante emitido pela Receita Federal, confirmando a opção, juntamente com a proposta de preços.
  3. A LICITANTE poderá anexar à sua Proposta de Preços, em envelope separado, devidamente identificado, os documentos que julgar convenientes, tais como, catálogos, prospectos e fotografias.
  4. Na hipótese de divergência entre os preços unitários indicados na Planilha Propositiva e os totais de cada item de serviço, prevalecerão os primeiros. No caso de discordância entre os valores numéricos e os consignados por extenso, prevalecerão os últimos.
  5. Apresentar sempre preços correntes de mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária ou de custos financeiros, compreendidas todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como: impostos, fretes, seguros, taxas etc., e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
  6. Não poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, prazo ou qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas aquelas destinadas a sanar erros materiais e à redução de preços, conforme §2º do art.29-A da IN nº 02/2008-MPOG.

1. **DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇOS (ANS)** 
   1. Para aferição do cumprimento do contrato serão utilizados indicadores de “Níveis de serviços”.
      1. “Níveis de Serviços” são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados com os serviços contratados. Para mensurar esses fatores serão utilizados indicadores em desacordo com a qualidade exigida para os serviços objeto deste Termo de Referência, para os quais são estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridas pela CONTRATADA;
      2. A execução dos serviços será fiscalizada pelo CONTRATANTE, que fará o acompanhamento da qualidade e dos “Níveis de Serviços” alcançados com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções de rumo.
   2. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO: Planilha de Subitens (SUB) em Desacordo e suas valorações (Tabela 1), registrados pela Divisão de Comunicação Social, e informados por e-mail ou enviados pelos Correios à empresa CONTRATADA.
   3. INÍCIO DA VIGÊNCIA: Data da assinatura do contrato.
   4. META A CUMPRIR: Σ SUB = 0 a 1,0 (zero a um) Obs.: Indicadores em desacordo contidos na Tabela 1.
   5. MECANISMO DE CÁLCULO: Cada SUBITEM será valorado segundo planilha abaixo para serem somados conforme fórmula: **X = (10 - ∑ SUB) / 10**;
   6. FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO: O não cumprimento da meta acima estabelecida ensejará ao pagamento proporcional dos serviços realizados no período, calculados em conformidade com os percentuais previstos no quadro abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 0,90 ≤ X < 1,00 | = | Pagamento de 100% da fatura mensal |
| 0,75 ≤ X < 0,90 | = | Pagamento proporcional ao fator X |
| X < 0,75 | = | Pagamento proporcional ao fator X menos a glosa prevista no item Glosas (abaixo) |

* 1. GLOSAS: Se X < 0,75:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 1ª ocorrência | = | Advertência à Contratada (s/ desconto) |
| 2ª ocorrência | = | Glosa de 2,5% sobre o valor mensal do Contrato |
| A partir da 3ª ocorrência | = | Glosa de 5% sobre o valor mensal do Contrato |

* + 1. DISPOSIÇÕES GERAIS: A Aplicação do presente ANS na avaliação da qualidade dos serviços deverá ser dividida em 03 (três) fases distintas como segue:
       1. Fase inicial: até (trinta) 30 dias do efetivo início da execução: momento no qual os indicadores de níveis de serviço serão apenas medidos e apresentados à Contratada, sem que haja a aplicação do sistema de ajustes dos pagamentos e/ou sanções;
       2. Fase de transição: De 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias do efetivo início da execução: momento no qual os indicadores de níveis de serviço serão reavaliados, passando a ser medidos nos novos moldes definidos com bases nos dados reais colhidos na fase anterior, sendo, entretanto os ajustes de pagamentos e/ou sanções aplicadas apenas na razão de 50% (cinquenta por cento) dos percentuais previstos nas faixas de ajuste no pagamento; e
       3. Fase de aplicação: após 61 (sessenta e um) dias do efetivo início da execução: momento no qual o presente ANS será plenamente aplicado com todas as suas consequências contratuais.
  1. Deverão ser registradas todas as ocorrências que venham a impossibilitar ou dificultar a prestação dos serviços objeto do presente Termo de Referência, de maneira a ser considerado no cálculo final do fator de qualidade geral.
  2. Planilha de Valoração de SUBÍTENS em DESACORDO (Tabela 1):

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **SUBITEM (SUB)** | DISCRIMINAÇÃO DO SUBITEM EM DESACORDONA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO | **VALORAÇÃO DO SUBITEM EM DESACORDO (%)** |
| **A** | Deixar de pesquisar assuntos que podem servir de pauta para o programa. Fontes: assessorias de comunicação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, da Justiça Federal e de órgãos como Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, sessões de julgamento dos tribunais regionais federais, sentenças de juízes federais. | 0,50 |
| **B** | Deixar de preparar um resumo do tema escolhido indicando como imagina fechar a reportagem, inclusive com a indicação de entrevistas, submeter a sugestão ao crivo do assessor de imprensa do tribunal regional federal e, após anuência deste, enviar a sugestão de pauta para o diretor do programa. | 1,00 |
| **C** | Deixar de deslocar até o endereço dos entrevistados para fazer as gravações das imagens que irão ilustrar o programa. A atividade exige cuidado e precisão por parte do operador de câmera, que precisa produzir imagens dentro de um padrão técnico específico, na cor e na temperatura corretas, bem como outros detalhes, como o áudio ambiente, sobe sons, enquadramentos corretos e detalhes que ajudam a contar uma determinada história. Assim como o cinegrafista, o repórter deve ter absoluta segurança nos questionamentos, de forma a eliminar quaisquer riscos da divulgação de informações incorretas, incompletas ou que deem margem a interpretações tendenciosas, equivocadas ou erradas em relação ao tema tratado na reportagem. | 0,75 |
| **D** | Deixar de manter informado o responsável da unidade sobre o desenvolvimento dos trabalhos sob sua responsabilidade; | 0,75 |
| **E** | Deixar de conferir a qualidade dos arquivos de áudio e vídeo e transferir o material para a ilha de edição, onde será feita a montagem da reportagem. | 1,00 |
| **F** | Deixar de apresentar o produto final ao repórter e ao assessor de imprensa do tribunal, para que sejam aprovados tanto o aspecto técnico quanto o editorial da reportagem. | 0,75 |
| **G** | Deixar de atender às chamadas telefônicas, prestando informações e anotando recados para transmitir ao destinatário de sua área de atuação; | 0,75 |
| **H** | Deixar de organizar e manter atualizados arquivos, documentação física e virtual, legislação e normas relacionadas com as atividades de sua área de atuação, visando à agilização dos trabalhos e prestação de informações; | 0,50 |
| **I** | Deixar de participar das reuniões de pauta e discussões da Divisão de Comunicação Social do TRF5, acompanhando a agenda oficial da Corte e se pautando para cobertura dos eventos de relevância para a Instituição, bem como das sessões das Turmas de julgamento. Fontes: assessoria de comunicação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. | 0,75 |
| **J** | Deixar de dar apoio na realização de eventos e outras atividades específicas da sua área de atuação | 0,50 |
| **K** | Deixar de atender prontamente todas as solicitações do TRF da 5ª Região previstas no Edital, neste Termo de Referência e outras estabelecidas no Contrato; | 1,00 |

* 1. O descumprimento reiterado dos indicadores e metas estabelecidos poderá ensejar a aplicação de penalidade à CONTRATADA, conforme disciplinamento constante deste Termo de Referência, Item DAS PENALIDADES.

1. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
   1. Modalidade: Pregão Eletrônico.
   2. Tipo: Menor Preço Global.

O objeto caracterizado pelo termo de referência teve padrão de qualidade e desempenho definidos objetivamente, além de tratar-se de objeto plenamente disponível no mercado. Desse modo, consoante previsão do art. 1º da Lei nº 10.520/02 c/c art. 2º do Dec. Fed. nº 5.450/05, o pretendido certame licitatório deverá ser processado na modalidade pregão, na forma eletrônica e do tipo menor preço global. Ressalte-se que a opção pelo menor preço global deve-se a indivisibilidade do objeto contratado.

* 1. Aplicação do Direito de Preferência - Lei Complementar n° 123/06:
     1. A participação exclusiva de micro e pequenas empresas, prevista no art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, não será utilizada em razão de ter o valor estimado ficado acima de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
     2. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada para a prestação de serviços mediante cessão de mão de obra não poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5o-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.
  2. A contratação direta não se aplica por haver no mercado diversas empresas especializadas e capazes de prestar os serviços objeto deste Termo.
  3. **Critério de Habilitação Jurídica:** 
     1. Tratando-se de sociedade empresarial, ato constitutivo consolidado, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com todas as suas alterações, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (art. 28 da Lei 8.666/93);
     2. Tratando-se de sociedades simples, inscrição do ato constitutivo, com todas as suas alterações, acompanhado de prova da diretoria em exercício (art. 28 da Lei 8.666/93);
     3. Tratando-se de empresa ou sociedade estrangeiras em funcionamento no País, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir (art. 28 da Lei 8.666/93).
  4. **Critério de Habilitação Fiscal e Trabalhista:**
     1. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
     2. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva de Débitos com efeitos de Negativa - CPDEN, expedidas pela Procuradoria da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda ou pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, conforme a atribuição legal para a sua expedição e dentro do seu prazo de validade;
     3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, por intermédio da apresentação de Certificado fornecido pela Caixa Econômica Federal - CEF;
     4. Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, dentro do seu prazo de validade;
     5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, em cumprimento ao disposto na Lei n.º 12.440, de 07/07/2011;
     6. Prova de inscrição no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
     7. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo à sede do LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital;
     8. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão juntar toda a documentação fiscal exigida. Havendo qualquer restrição tributária, essas empresas terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, contado do dia da declaração do vencedor provisório do certame, para regularizar sua situação junto ao fisco, nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 c/c art. 4º, §1º, do Dec. 6204/07, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa (art. 29 da Lei 8.666/93).
  5. **Critério de Habilitação Econômico-Financeiro**
     1. Apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício financeiro, apresentados na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação das propostas, tomando como base a variação do IGP-DI ocorrida no período;
        1. A comprovação de possuir boa situação financeira, será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão superiores a 1,0 (um), apurados pelas seguintes fórmulas:

## LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

## Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

## SG = Ativo Total\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

## Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

## LC = Ativo Circulante

## Passivo Circulante

* + - 1. A proponente que não alcançar os índices previstos no subitem acima, poderá supri-los com a comprovação de que possui Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme previsto no inciso III, § 2º e 3º do art. 31 da Lei nº 8.666/93.
    1. Comprovar Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
    2. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Edital, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, observando os seguintes requisitos:
       1. A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, relativa ao último exercício social;
       2. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.
    3. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, há menos de 180 (cento e oitenta) dias da data de recebimento dos envelopes, mencionada no preâmbulo deste Edital, especificamente, para as certidões sem prazo de validade expresso;
    4. Caso a certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial contenha prazo de validade expresso, só serão aceitas as certidões cujo prazo de validade esteja vigente.
  1. **Critério de Habilitação (Técnica Operacional)**
     1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços nas características, quantidades e prazos, abaixo relacionados:
        1. Comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos, ininterruptos ou não, na prestação destes serviços terceirizados até a data da sessão pública de abertura deste Pregão.
           1. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez.
           2. Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro.
        2. Comprovação de ter produzido pelo menos 6 (seis) produtos semelhantes ao objeto do presente termo de referência, com no mínimo 5 minutos de duração, no período de um ano.
        3. Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante administra ou administrou serviços de terceirização, com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de empregados que serão necessários para suprir os postos contratadas em decorrência desta licitação.
           1. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.
     2. Cada Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer à empresa que efetivamente prestará o serviço, ou seja, com o mesmo número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da matriz ou de uma filial.
     3. A CONTRATANTE poderá confirmar a autenticidade dos Atestados de Capacidade Técnica por meio de diligência às instituições fornecedoras dos atestados.
     4. A CONTRATANTE poderá solicitar cópias dos produtos citados nos respectivos Atestados de Capacidade Técnica.
     5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
  2. **Critério de julgamento:**

Será considerada a proposta mais vantajosa para a Administração, e consequentemente declarada vencedora do certame licitatório, aquela que ofertar o menor preço global decorrente dos valores atinentes às Planilhas de Composição de Custos e Formação de preços referentes à mão de obra necessária para prestação dos serviços.

1. ANEXOS

**Anexo II:** Descrição das subatividades de serviços, dentro de cada atividade

**Anexo III:** Profissionais envolvidos em cada subatividade de serviços

**Anexo IV:** Instrução Normativa nº 01/2016 do Conselho da Justiça Federal

**Anexo V:** Planilhas Estimativas de Composição de Custos e Formação de preços



Aprovo, em de de .

Identificação e assinatura da autoridade competente

***APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO.***

***(inciso II, Art. 9º, Decreto nº 5.450/05)***

**ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**

**Descrição das subatividades de serviços, dentro de cada atividade**

1. **Produção de videorreportagens para as 52 (cinquenta e duas) edições do programa *Via Legal:***

|  |  |
| --- | --- |
| ATIVIDADE: PRODUÇÃO DE MATÉRIA REGIONAL PARA O PROGRAMA *VIA LEGAL* | |
| SUBATIVIDADE | DESCRIÇÃO |
| Levantamento de sugestões de pauta | Equipe deve pesquisar assuntos que podem servir de pauta para o programa. Fontes: assessorias de comunicação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, da Justiça Federal e de órgãos como Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, sessões de julgamento dos tribunais regionais federais, sentenças de juízes federais. |
| Envio de sugestão de pauta para o Conselho da Justiça Federal (CJF) | Repórter deve preparar um resumo do tema escolhido indicando como imagina fechar a reportagem, inclusive com a indicação de entrevistas, submeter a sugestão ao crivo do assessor de imprensa do tribunal regional federal e, após anuência deste, enviar a sugestão de pauta para o diretor do programa. |
| Aprovação das pautas | Equipe do CJF deve avaliar a sugestão enviada e aprovar ou não a realização da reportagem sugerida. |
| Devolução dos temas com encaminhamentos | Editores do CJF enviam mensagem para equipe responsável pela elaboração da reportagem com o direcionamento a ser seguido no fechamento da matéria. |
| Definição de entrevistados | Nesta etapa, repórter e produtor definem juntos quais serão os entrevistados a serem ouvidos no fechamento de cada reportagem. |
| Marcação de entrevistas | Produtor entra em contato com os possíveis entrevistados para explicar o que será tratado no programa e agendar as entrevistas. |
| Captação de imagens e sonoras | Equipe de TV se desloca até o endereço dos entrevistados para fazer as gravações das imagens que irão ilustrar o programa. A atividade exige cuidado e precisão por parte do operador de câmera, que precisa produzir imagens dentro de um padrão técnico específico, na cor e na temperatura corretas, bem como outros detalhes, como o áudio ambiente, sobe sons, enquadramentos corretos e detalhes que ajudam a contar uma determinada história. Assim como o cinegrafista, o repórter deve ter absoluta segurança nos questionamentos, de forma a eliminar quaisquer riscos da divulgação de informações incorretas, incompletas ou que deem margem a interpretações tendenciosas, equivocadas ou erradas em relação ao tema tratado na reportagem. |
| Degravação de todas as sonoras | Todas as entrevistas são degravadas e o *time code* de cada trecho é marcado. |
| Elaboração do roteiro da reportagem | Após degravar todas as entrevistas, o repórter deve escrever o texto, chamado de off, que servirá de base para a reportagem, e escolher os trechos das sonoras que farão parte da matéria. |
| Envio de roteiro com off para aprovação | Depois de revisar o texto (*off*), o repórter envia o arquivo via *email* para o coordenador de Jornalismo e o editor-chefe, do CJF, responsáveis pela aprovação do texto. |
| Revisão e aprovação de textos | O coordenador de Jornalismo e editor-chefe, do CJF, corrigem o texto, analisando aspectos como a correção ortográfica, a coerência das informações e a estrutura escolhida para contar a história. |
| Devolução do texto | Arquivo corrigido é devolvido à equipe de reportagem, com orientações para alterações, novas apurações ou, simplesmente, para a gravação dos textos. |
| Gravação da passagem do repórter | O repórter deve gravar a passagem em local que contextualize o tema da reportagem. |
| Gravação de *offs* | Feitas as correções sugeridas pelos coordenador de Jornalismo e editor-chefe, o repórter deve gravar o áudio *(off)*, para que a reportagem possa ser montada. |
| Transferência de arquivos para ilha | Editor de imagens deve conferir a qualidade dos arquivos de áudio e vídeo e transferir o material para a ilha de edição, onde será feita a montagem da reportagem. |
| Montagem/Edição das reportagens | Editor de imagem faz o chamado “esqueleto” da reportagem, montando uma sequência de texto, entrevistas e passagens do repórter. |
| Elaboração de artes | Caso seja necessário, o editor deve usar programas específicos disponíveis no equipamento de edição para ilustrar a reportagem. |
| Escolha e colocação de trilhas na reportagem | Editor de imagem deve, a partir de um banco de músicas disponíveis e autorizadas, escolher as que melhor se encaixam no assunto tratado, fazendo a sonorização das reportagens. |
| Ajuste de níveis de áudio | Ao finalizar a cobertura dos *offs* e a inclusão das trilhas, o editor de imagens deve fazer a chamada equalização do áudio da reportagem, de forma que a mesma seja exibida de maneira uniforme. |
| Correção de cores das imagens | Como parte da finalização da reportagem, o editor deve fazer alterações que julgar necessárias para corrigir eventuais distorções. |
| Aprovação da reportagem | Editor de imagem deve apresentar o produto final ao repórter e ao assessor de imprensa do tribunal, para que sejam aprovados tanto o aspecto técnico quanto o editorial da reportagem. |
| Geração da matéria para o CJF | Editor faz o envio da reportagem para o CJF, por meio eletrônico. |

1. **Cobertura de solenidades oficiais:**

|  |  |
| --- | --- |
| ATIVIDADE: COBERTURA DE SOLENIDADES OFICIAIS E REPORTAGENS INSTITUCIONAIS | |
| SUBATIVIDADE | DESCRIÇÃO |
| Acompanhamento da agenda oficial e das sessões das Turmas de julgamento do TRF5 | Equipe deve participar das reuniões de pauta e discussões da Divisão de Comunicação Social do TRF5, acompanhando a agenda oficial da Corte e se pautando para cobertura dos eventos de relevância para a Instituição, bem como das sessões das Turmas de julgamento. Fontes: assessoria de comunicação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. |
| Agendamento e produção para a cobertura | Equipe deve se articular com a assessoria, ajudar a planejar a cobertura, definir atividades e produtos resultantes da ação. |
| Captação de imagens, passagens e sonoras | Equipe de TV se desloca até o local do evento para fazer as gravações das imagens que irão ilustrar o vídeo/a reportagem. A atividade exige cuidado e precisão por parte do operador de câmera, que precisa produzir imagens dentro de um padrão técnico específico, na cor e na temperatura corretas, bem como outros detalhes, como o áudio ambiente, sobe sons, enquadramentos corretos e detalhes que ajudarão a situar o telespectador na cena dos eventos. Assim como o cinegrafista, o repórter deve ter atenção à postura adequada aos ambientes do Judiciário, absoluta segurança nos possíveis questionamentos, de forma a eliminar quaisquer riscos da divulgação de informações incorretas, incompletas ou que deem margem a interpretações tendenciosas, equivocadas ou erradas em relação ao tema tratado na reportagem. |
| Degravação / decupagem das sonoras | Todas as entrevistas são degravadas e o *time code* de cada trecho é marcado. |
| Redação dos textos da reportagem/entrevista | Após degravar todas as entrevistas, o repórter deve escrever o texto, que servirá de base para a reportagem, e escolher os trechos das sonoras que farão parte da matéria. |
| Revisão e aprovação do roteiro | Depois de revisar o texto (*off*), o repórter deve aprová-lo com o assessor-chefe da Comunicação do TRF5, que deve analisar aspectos como ortografia, gramática, coerência das informações e a estrutura escolhida para contar os fatos. |
| Devolução do texto | Arquivo corrigido é devolvido à equipe de reportagem, com orientações para alterações ou, simplesmente, para a gravação dos textos. |
| Gravação de *offs* | Feitas as correções sugeridas pelo assessor-chefe, o repórter deve gravar o áudio *(off)*, para que a reportagem possa ser montada. |
| Transferência de arquivos para ilha | Editor de imagens deve conferir a qualidade dos arquivos de áudio e vídeo e transferir o material para a ilha de edição, onde será feita a montagem da reportagem. |
| Montagem/Edição das reportagens | Editor de imagem faz o “esqueleto” da reportagem, montando uma sequência de texto, entrevistas e passagens (se tiver) do repórter. |
| Elaboração de artes | Caso seja necessário, o editor deve usar programas específicos disponíveis no equipamento de edição para ilustrar a reportagem. |
| Escolha e colocação de trilhas na reportagem | Editor de imagem deve, a partir de um banco de músicas disponíveis e autorizadas, escolher as que melhor se encaixam no assunto tratado, fazendo a sonorização das reportagens. |
| Ajuste de níveis de áudio | Ao finalizar a cobertura dos *offs* e a inclusão das trilhas, o editor de imagens deve equalizar o áudio da reportagem, de forma que a mesma seja exibida de maneira uniforme. |
| Correção de cores das imagens | Como parte da finalização da reportagem, o editor deve fazer as alterações que julgar necessárias, para corrigir eventuais distorções. |
| Aprovação da reportagem | Editor de imagem deve apresentar o produto final ao repórter e ao assessor-chefe do TRF5, para que seja aprovado, tanto no aspecto técnico quanto editorial. |

1. **Produção de matérias especiais para a Internet e as redes sociais**

|  |  |
| --- | --- |
| ATIVIDADE: REALIZAÇÃO DE REPORTAGENS, STAND UPS OU ENTREVISTAS ESPECIAIS | |
| SUBATIVIDADE | DESCRIÇÃO |
| Acompanhamento das reuniões de pauta gerais e específicas (revista, redes sociais e jornal mural) da Divisão de Comunicação do TRF5 | Equipe deve participar das reuniões de pauta e discussões da Divisão de Comunicação Social do TRF5, acompanhando as decisões editoriais e se pautando para a realização de reportagens, stand ups ou entrevistas especiais. Fontes: assessoria de Comunicação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. |
| Agendamento e produção da pauta | Equipe deve se articular com a assessoria, ajudar a planejar a pauta, definir atividades e produtos resultantes da ação. |
| Captação de imagens, passagens e sonoras | Equipe de TV se desloca até o local da reportagem/entrevista, para fazer as gravações das imagens que irão ilustrar a matéria. A atividade exige cuidado e precisão por parte do operador de câmera, que precisa produzir imagens dentro de um padrão técnico específico, na cor e na temperatura corretas, bem como outros detalhes, como o áudio ambiente, sobe sons, enquadramentos corretos e detalhes que ajudarão a situar o telespectador nos fatos. Assim como o cinegrafista, o repórter deve ter atenção à postura adequada aos ambientes do Judiciário, absoluta segurança nos questionamentos, de forma a eliminar quaisquer riscos da divulgação de informações incorretas, incompletas ou que deem margem a interpretações tendenciosas, equivocadas ou erradas em relação ao tema tratado na reportagem/entrevista. |
| Degravação / decupagem das sonoras | Todas as entrevistas são degravadas e o *time code* de cada trecho é marcado. |
| Elaboração do roteiro da reportagem | Após degravar todas as entrevistas, o repórter deve escrever o texto, que servirá de base para a reportagem, e escolher os trechos das sonoras que farão parte da matéria. |
| Revisão e aprovação do roteiro | Depois de revisar o texto (*off*), o repórter deve aprová-lo com o assessor-chefe da Comunicação do TRF5, que deve analisar aspectos como ortografia, gramática, coerência das informações e a estrutura escolhida para contar os fatos. |
| Devolução do texto | Arquivo corrigido é devolvido à equipe de reportagem, com orientações para alterações ou, simplesmente, para a gravação dos textos. |
| Gravação de *offs* | Feitas as correções sugeridas pelo assessor-chefe, o repórter deve gravar o áudio *(off)*, para que a reportagem possa ser montada. |
| Transferência de arquivos para ilha | Editor de imagens deve conferir a qualidade dos arquivos de áudio e vídeo e transferir o material para a ilha de edição, onde será feita a montagem da reportagem. |
| Montagem/Edição das reportagens | Editor de imagem faz o “esqueleto” da reportagem/entrevista, montando uma sequência de texto, entrevistas e passagens (se tiver) do repórter. |
| Elaboração de artes | Caso seja necessário, o editor deve usar programas específicos disponíveis no equipamento de edição para ilustrar a reportagem/entrevista. |
| Escolha e colocação de trilhas na reportagem | Editor de imagem deve, a partir de um banco de músicas disponíveis e autorizadas, escolher as que melhor se encaixam no assunto tratado, fazendo a sonorização das reportagens/entrevistas. |
| Ajuste de níveis de áudio | Ao finalizar a cobertura dos *offs* e a inclusão das trilhas, o editor de imagens deve equalizar o áudio da reportagem/entrevista, de forma que a mesma seja exibida de maneira uniforme. |
| Correção de cores das imagens | Como parte da finalização da reportagem/entrevista, o editor deve fazer as alterações que julgar necessárias, para corrigir eventuais distorções. |
| Aprovação da reportagem | Editor de imagem deve apresentar o produto final ao repórter e ao assessor-chefe do TRF5, para que seja aprovado, tanto no aspecto técnico quanto editorial. |

**ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA**

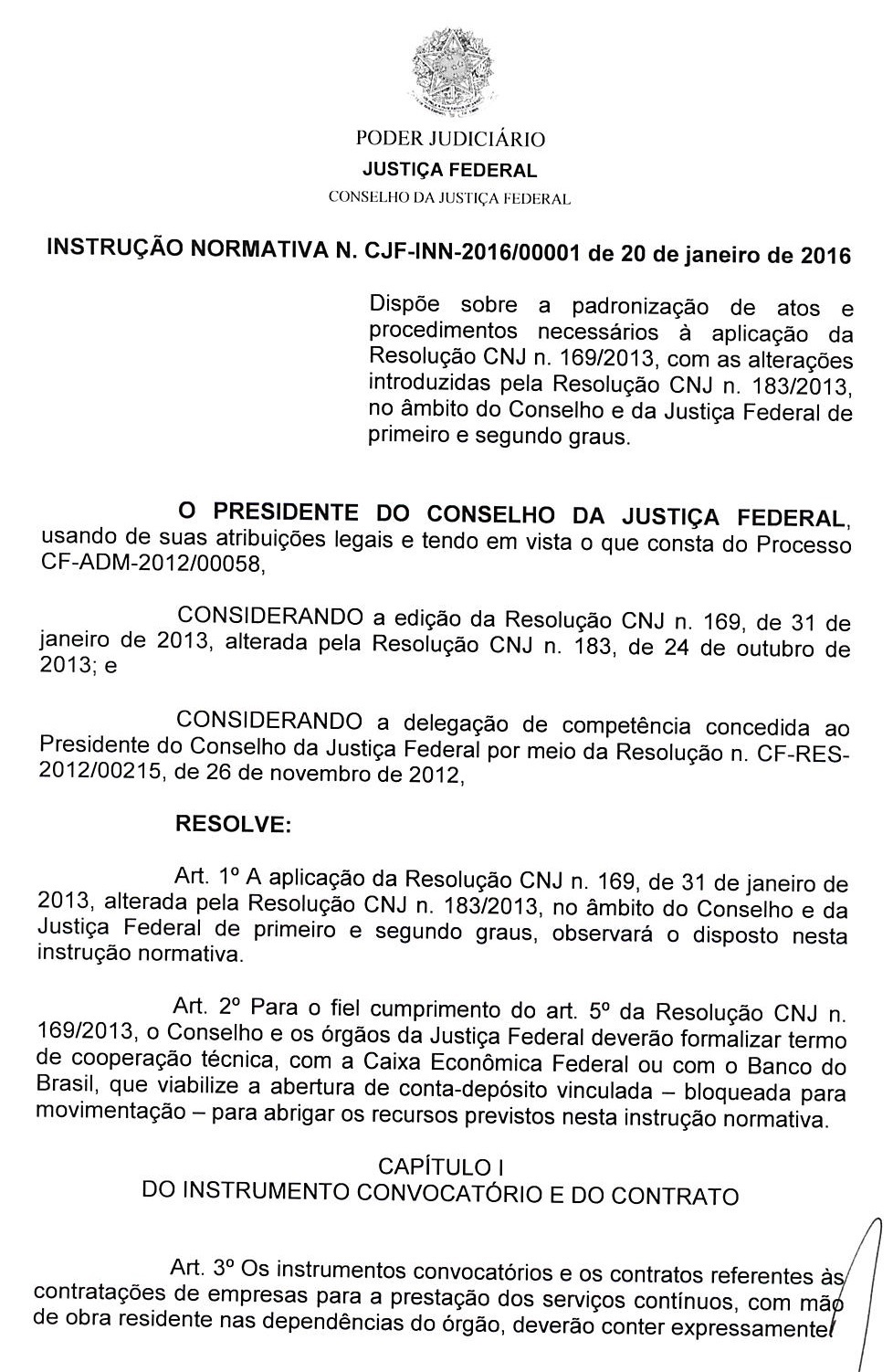
**Profissionais envolvidos em cada subatividade de serviços**

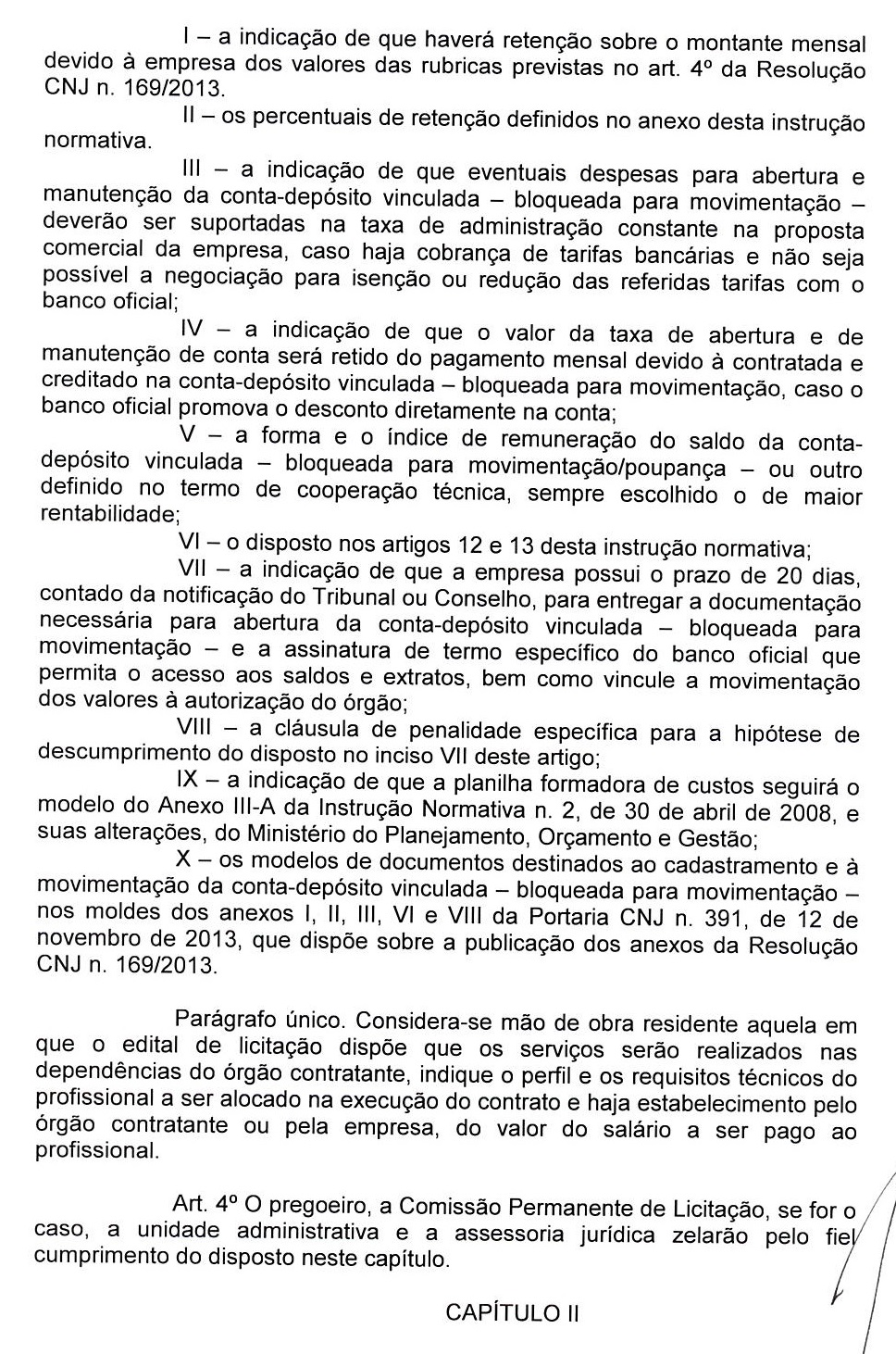
**01.** Produção de videorreportagens para as 52 (cinquenta e duas) edições do programa *Via Legal:*

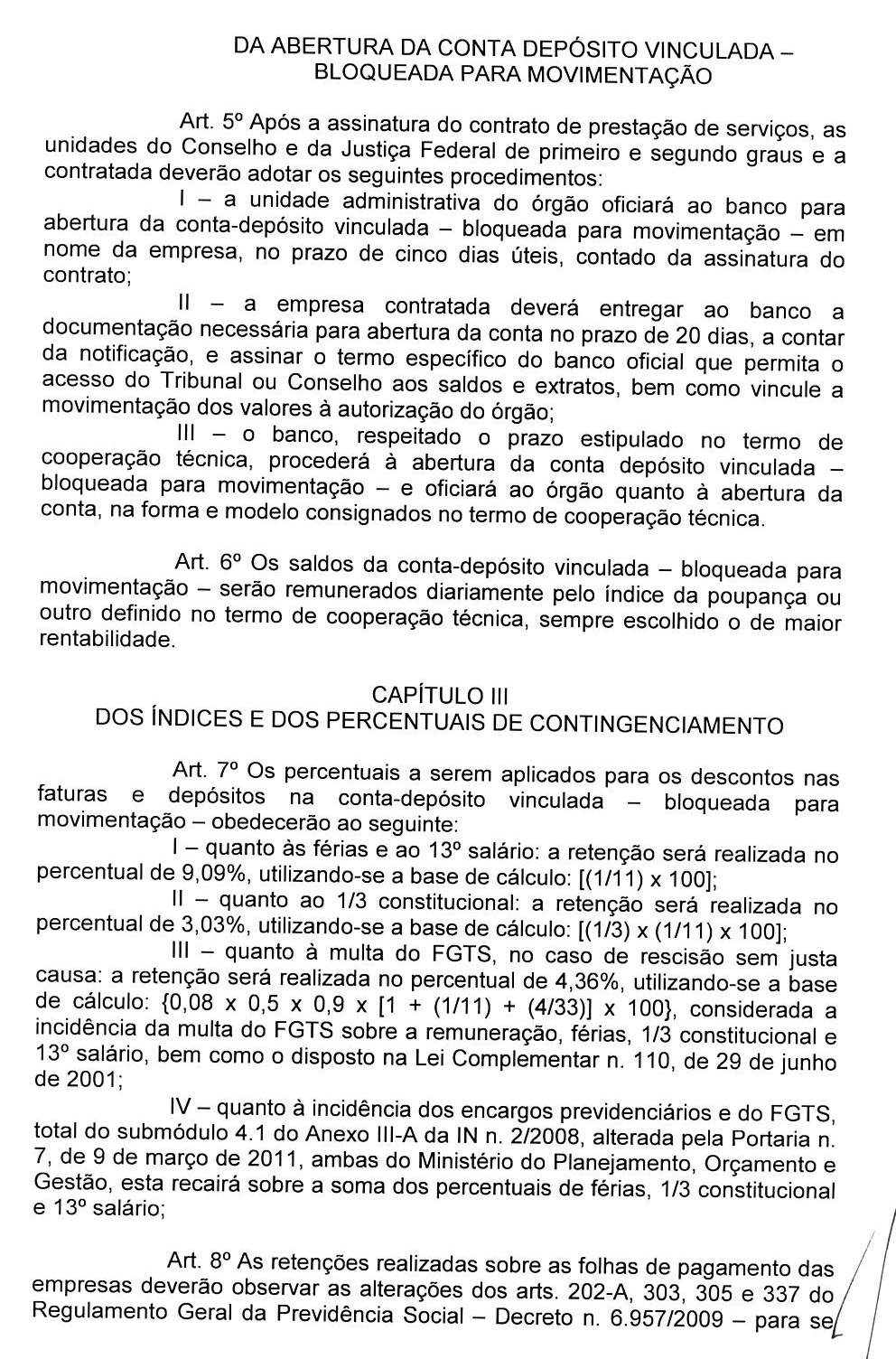
|  |  |
| --- | --- |
| ATIVIDADE PRODUÇÃO DE MATÉRIA REGIONAL PARA O PROGRAMA VIA LEGAL | |
| SUBATIVIDADE | PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS |
| Levantamento de sugestões de pauta | Assistente de Produção/Pauta  Repórter Regional |
| Envio de sugestão de pauta para Brasília | Assistente de Produção/Pauta |
| Definição de entrevistados | Repórter regional |
| Marcação de entrevistas | Assistente de Produção/Pauta |
| Captação de imagens e sonoras | Repórter regional  Operador de Câmera |
| Gravação de sonoras | Repórter Regional  Operador de Câmera |
| Degravação de todas as sonoras | Assistente de Produção/Pauta |
| Elaboração do roteiro da reportagem | Repórter Regional |
| Envio de roteiro com off para aprovação | Repórter Regional |
| Gravação da passagem do repórter | Repórter Regional  Operador de Câmera |
| Gravação de offs | Repórter Regional |
| Transferência de arquivos para ilha | Editor de Pós-Produção |
| Montagem das reportagens | Editor de Pós-Produção |
| Elaboração de artes | Editor de Pós-Produção |
| Escolha e colocação de trilhas na reportagem | Editor de Pós-Produção |
| Ajuste de níveis de áudio | Editor de Pós-Produção |
| Correção de cores das imagens | Editor de Pós-Produção |
| Aprovação da reportagem | Repórter Regional |
| Cópia da matéria | Editor de Pós-Produção |
| Geração da matéria para Brasília | Editor de Pós-Produção |

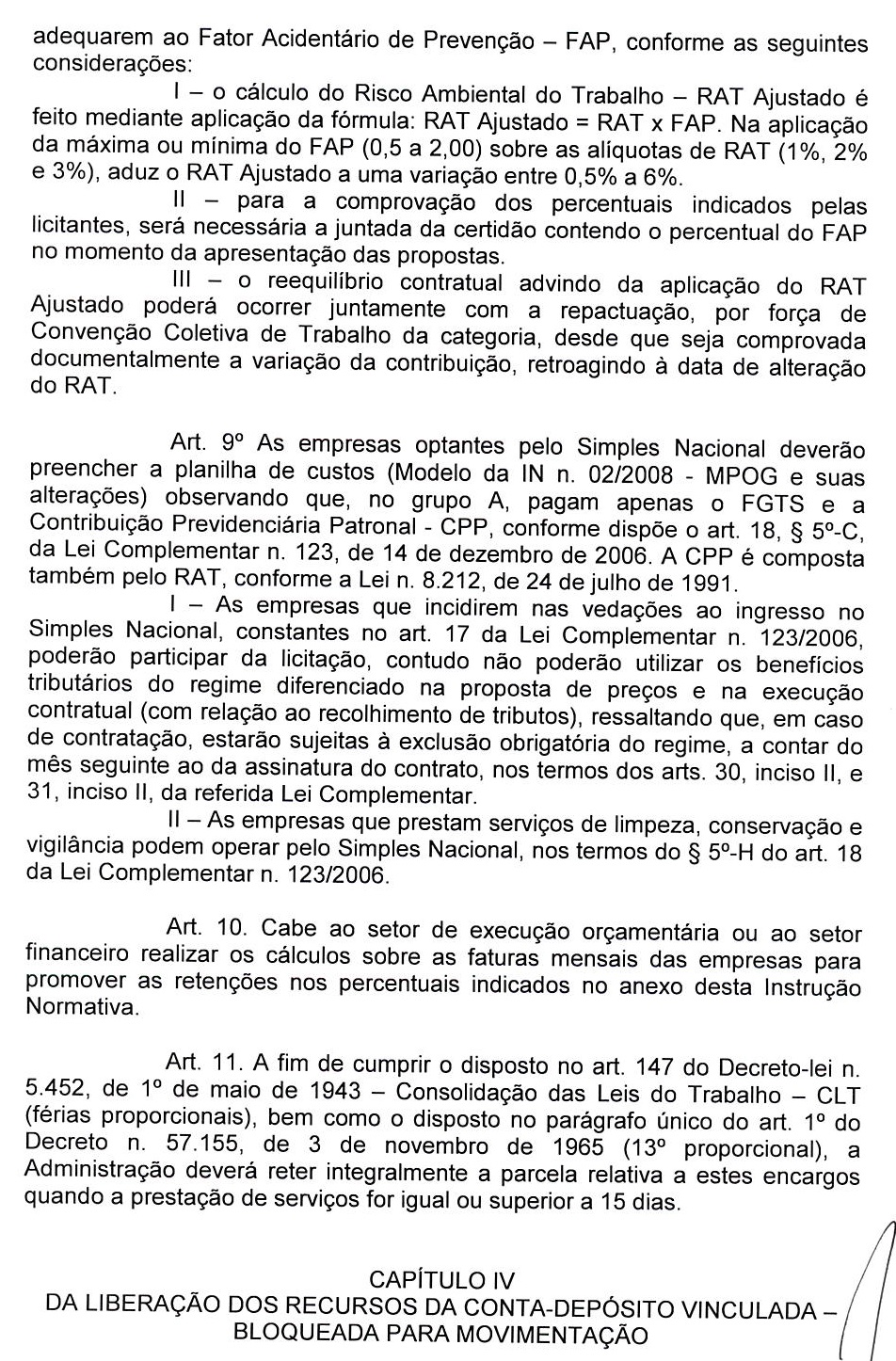
**ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA**

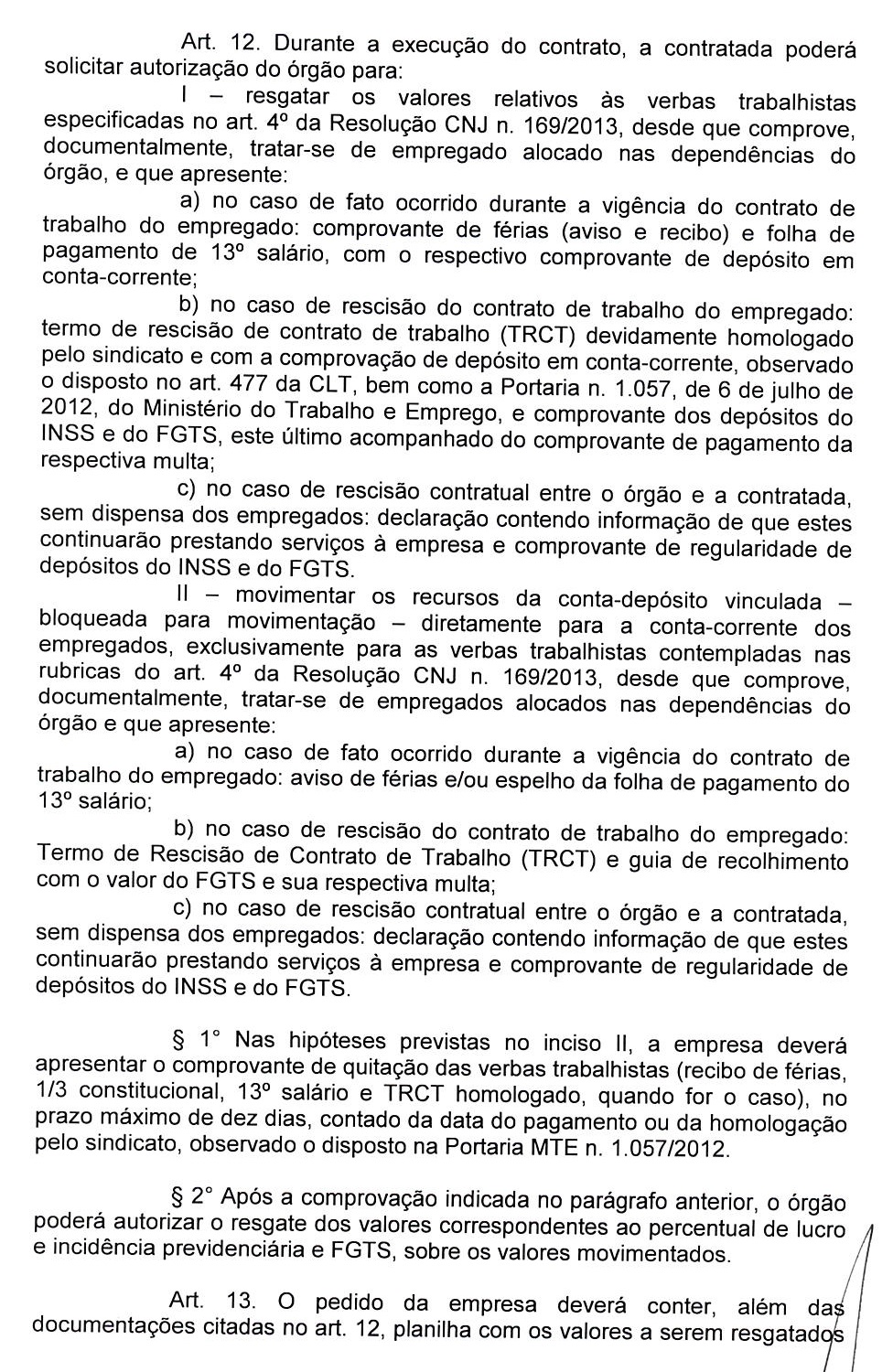
**Instrução Normativa nº 01/2016 do Conselho da Justiça Federal**

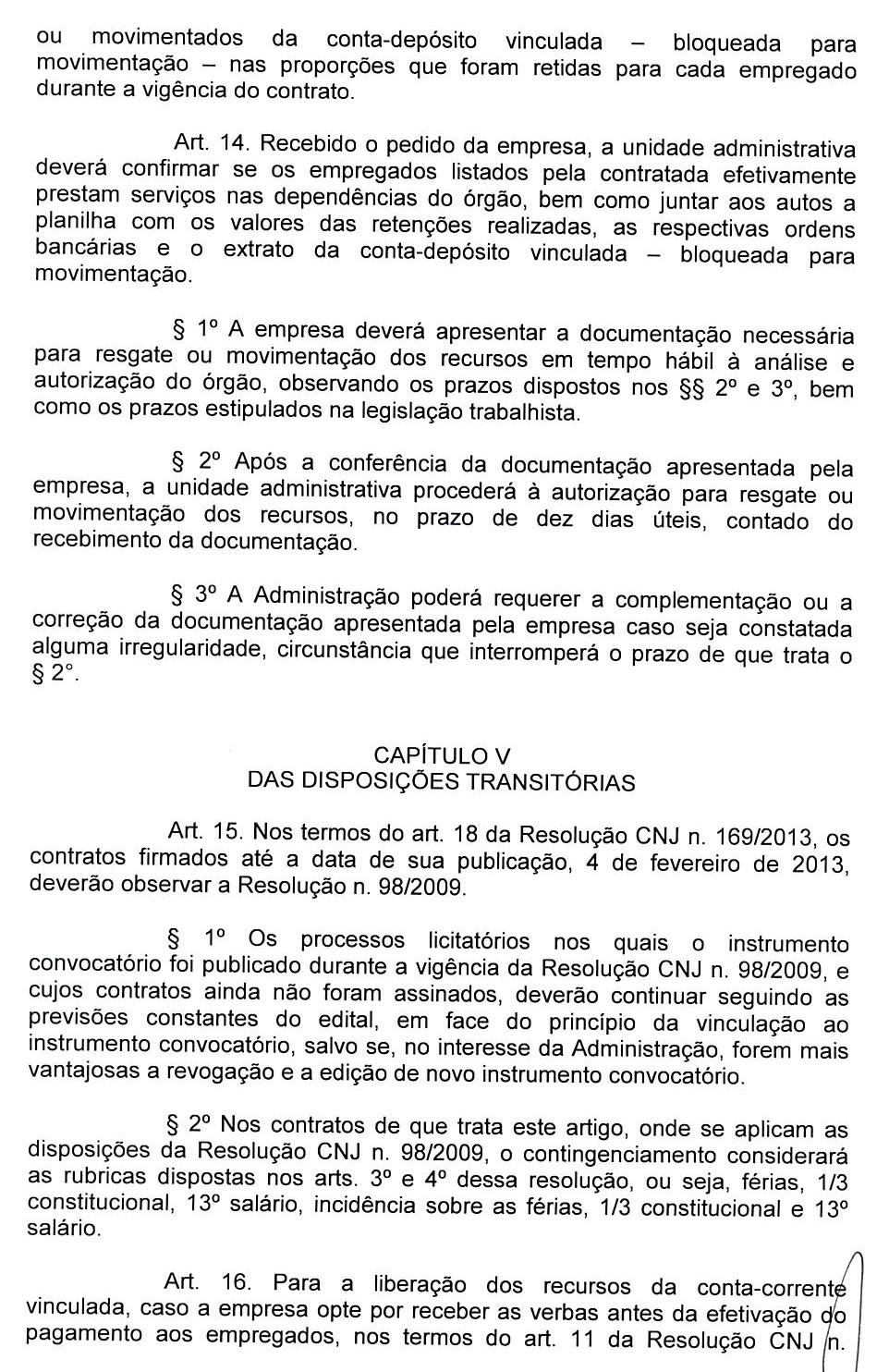
****

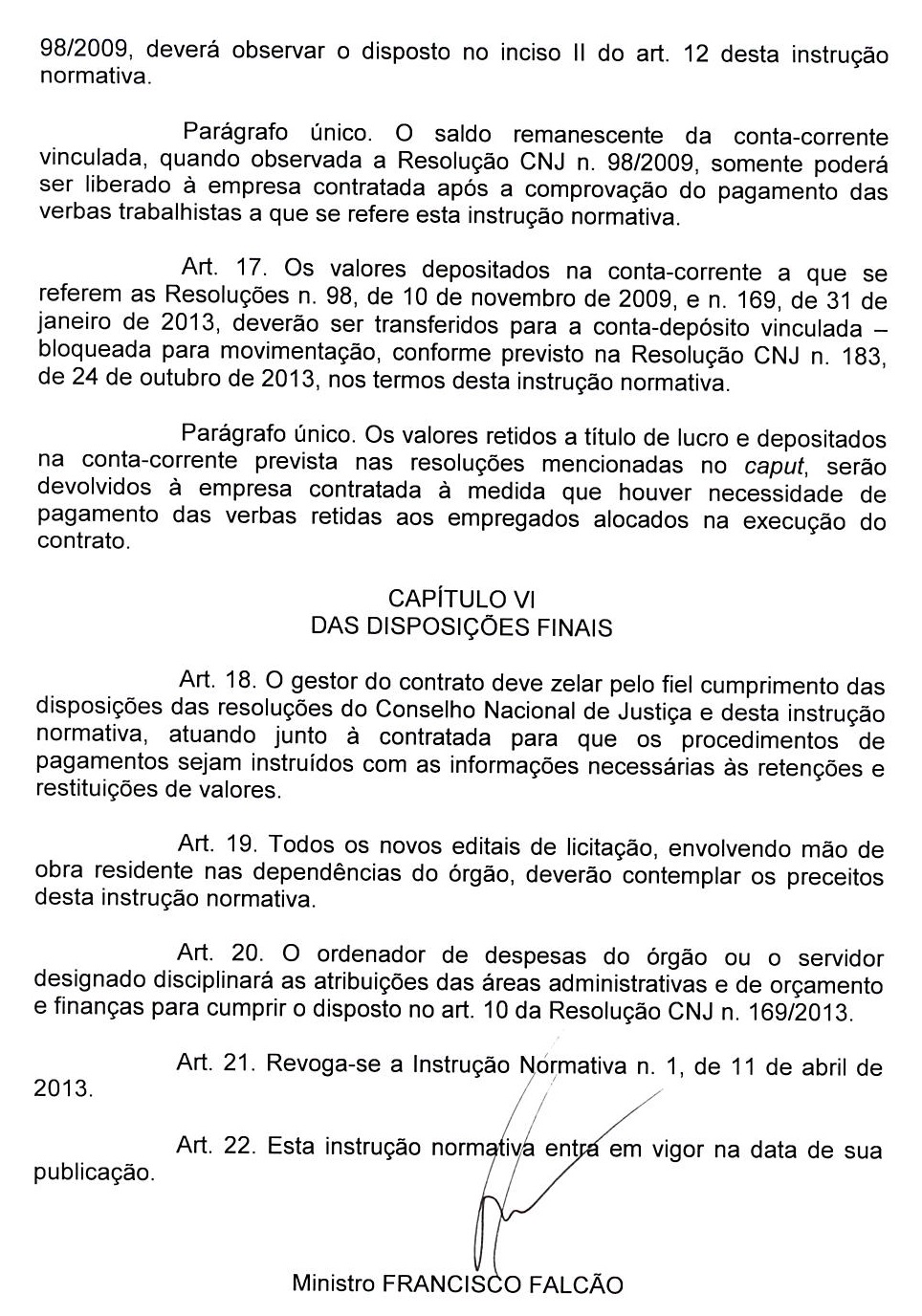
****

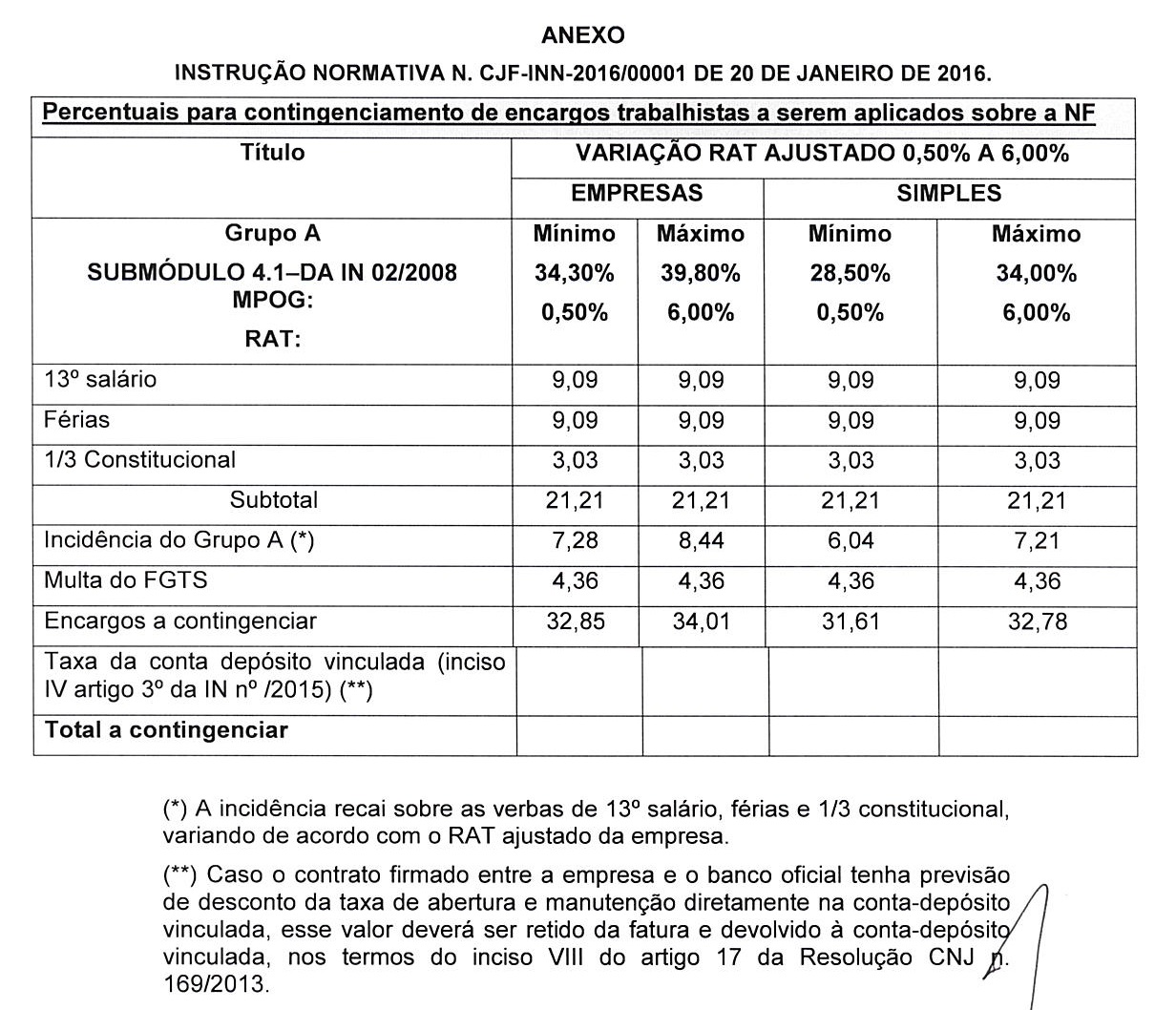
****

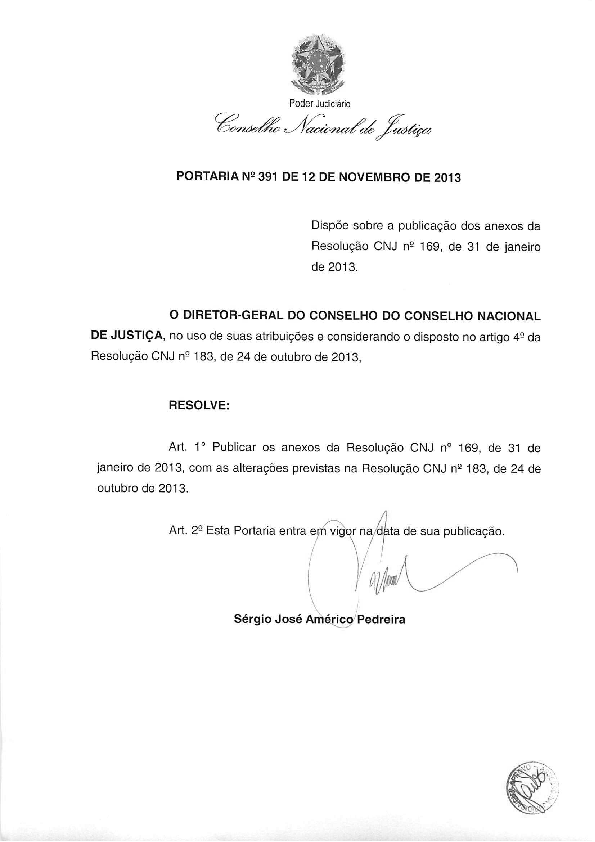
****

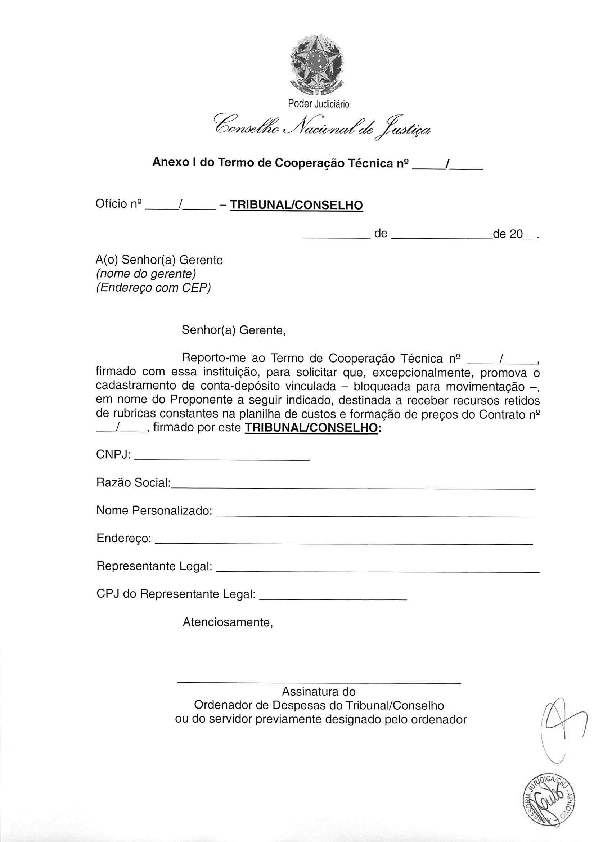
****

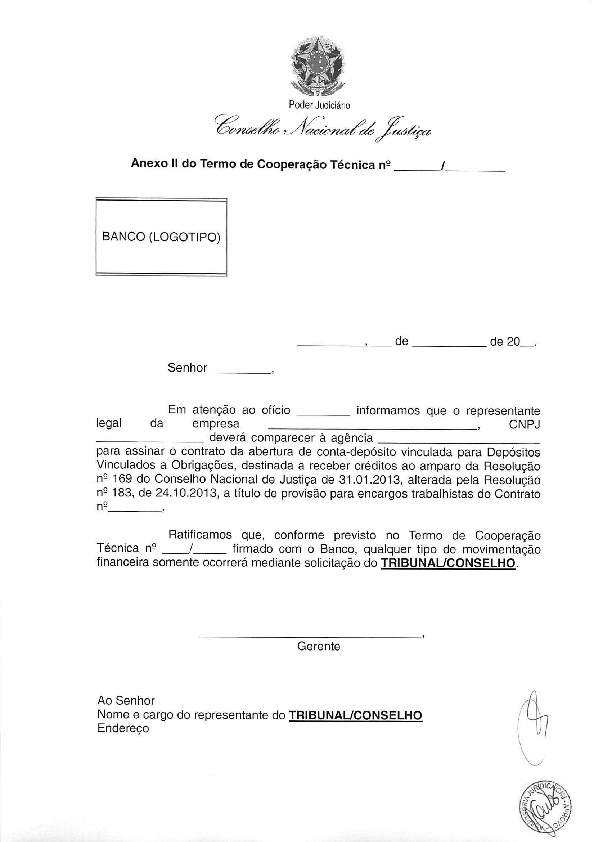
****

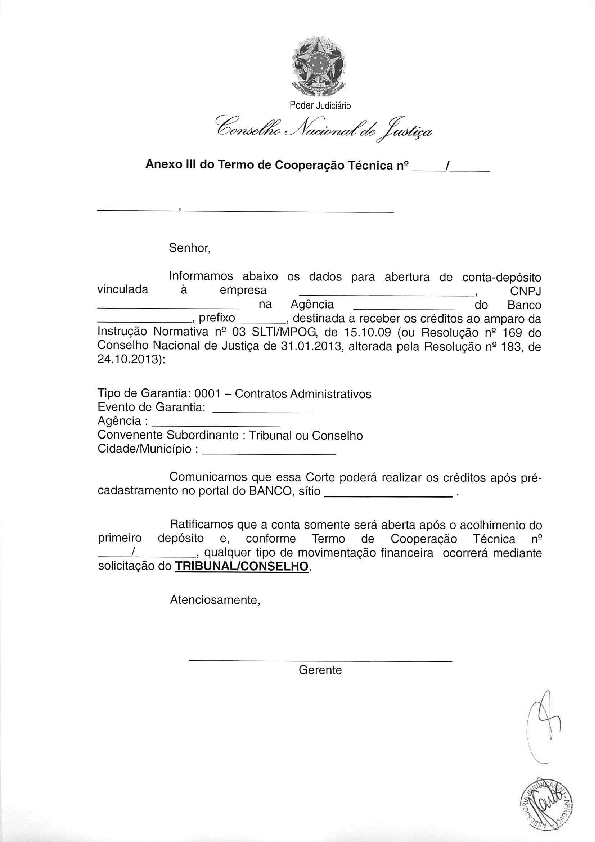


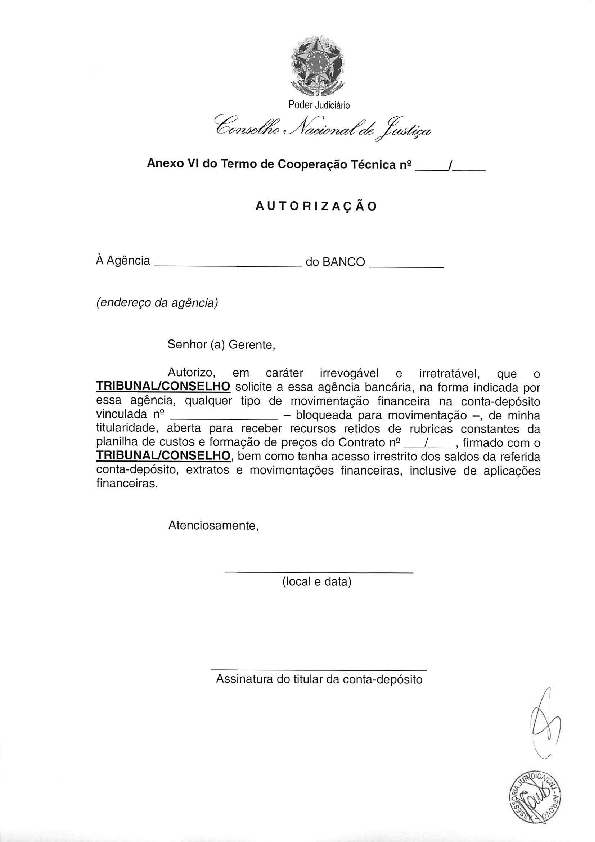


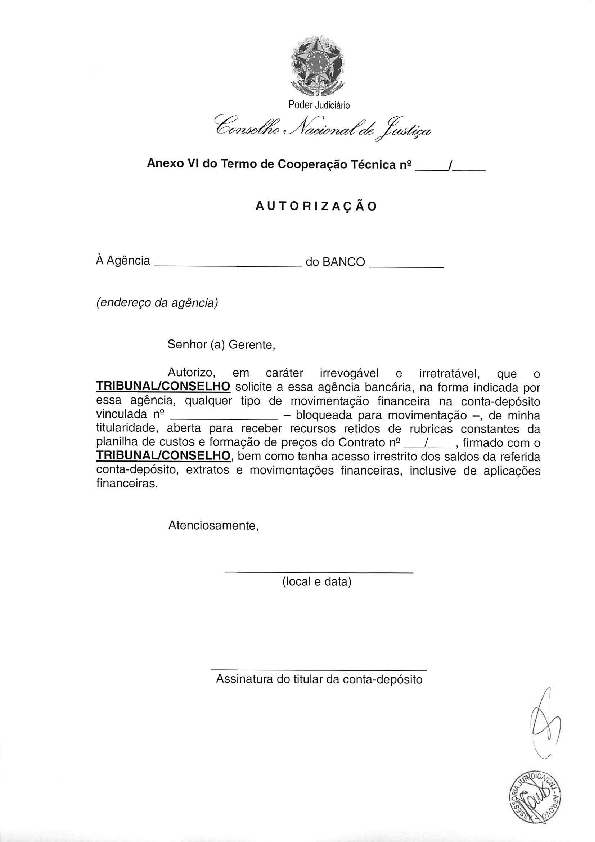
****

****

****

****

****

****

**ANEXO V – TERMO DE REFERÊNCIA**

**Planilhas Estimativas de Composição de Custos e Formação de preços**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS** | | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **MÃO-DE-OBRA** | | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Mão-de-Obra Vinculada à Execução Contratual** | | | | |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra | | | | | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | | | | | Repórter |
| 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional | | | | | | 1.500,00 |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | | | | | Jornalista |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | | | | | **27/8/2014** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Módulo 1 : Composição da Remuneração** | | | | |  |  |  |
| 1 | Composição da remuneração | | | | | | Valor R$ |
| A | Salário Base | | | | | | **7.037,74** |
| B | Adicional de periculosidade | | | | | | **0,00** |
| C | Adicional de insalubridade | | | | | | **0,00** |
| D | Adicional noturno | | | | | | **0,00** |
| E | Hora noturna adicional | | | | | | **0,00** |
| F | Adicional de Hora Extra | | | | | | **0,00** |
| G | Intervalo Intrajornada | | | | | | **0,00** |
| H | Outros (especificar) | | | | | | **0,00** |
|  | **Total da Remuneração** | | | | | | **7.037,74** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Módulo 2 : Benefícios Mensais e Diários** | | | |  |  |  |  |
| 2 | Benefícios mensais e diários | | | | | | Valor R$ |
| A | Transporte | | | | | | **0,00** |
| B | Auxílio alimentação | | | | | | **0,00** |
| C | Assistência médica e familiar | | | | | | **0,00** |
| D | Auxílio Creche | | | | | | **0,00** |
| E | Seguro de vida, invalidez e funeral | | | | | | **0,00** |
| F | Outros | | | | | | **0,00** |
|  | **Total de Benefícios mensais e diários** | | | | | | **0,00** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Módulo 3 : Insumos Diversos** | | |  |  |  |  |  |
| 3 | Benefícios mensais e diários | | | | | | Valor R$ |
| A | Uniformes/EPI | | | | | | **0,00** |
| B | Materiais | | | | | | **0,00** |
| C | Equipamentos | | | | | | **0,00** |
| D | Depreciação | | | | | | **0,00** |
|  | **Total de Insumos Diversos** | | | | | | **0,00** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Módulo 4: Encargos Sociais e Trabalhistas** | | | | |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.1 - Encargos Previdenciários e FGTS** | | | | |  |  |  |
| 4.1 | Encargos Previdenciários e FGTS | | | | | % | Valor R$ |
| A | INSS | | | | | 20,00% | **1.407,55** |
| B | SESI ou SESC | | | | | 1,50% | **105,57** |
| C | SENAI ou SENAC | | | | | 1,00% | **70,38** |
| D | INCRA | | | | | 0,20% | **14,08** |
| E | Salário Educação | | | | | 2,50% | **175,94** |
| F | FGTS | | | | | 8,00% | **563,02** |
| G | Seguro acidente do trabalho | | | | | 2,00% | **140,75** |
| H | SEBRAE | | | | | 0,60% | **42,23** |
|  | **Total** | | | | | **35,80%** | **2.519,51** |
| Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são estabelecidos pela legislação. | | | | | | | |
| Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração. | | | | |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias** | | | | |  |  |  |
| 4.2 | 13º salário | | | | | | Valor R$ |
| A | 13º salário | | | | | | **639,73** |
|  | **Subtotal** | | | | | | **639,73** |
| C | Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º salário | | | | | | **229,02** |
|  | **Total** | | | | | | **868,75** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade** | | | | |  |  |  |
| 4.3 | Afastamento maternidade | | | | | | Valor R$ |
| A | Afastamento maternidade | | | | | | **2,11** |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade | | | | | | **0,76** |
|  | **Total** | | | | | | **2,87** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão** | | | | |  |  |  |
| 4.4 | Provisão para rescisão | | | | | | Valor R$ |
| A | Aviso prévio indenizado | | | | | | **322,33** |
| B | Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado | | | | | | **25,79** |
| C | Multa do FGTS e CS do aviso prévio indenizado | | | | | | **206,91** |
| D | Aviso prévio trabalhado | | | | | | **136,53** |
| E | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado | | | | | | **48,88** |
| F | Multa do FGTS e CS do aviso prévio trabalhado | | | | | | **99,94** |
|  | **Total** | | | | | | **840,37** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | | | |  |  |
| 4.5 | Composição do custo de reposição do profissional ausente | | | | | | Valor R$ |
| A | Férias e terço constitucional de férias | | | | | | **852,97** |
| B | Ausência por doença | | | | | | **116,83** |
| C | Licença paternidade | | | | | | **1,41** |
| D | Ausências legais | | | | | | **57,71** |
| E | Ausência por Acidente de trabalho | | | | | | **2,11** |
| F | Outros (especificar) | | | | | | **0,00** |
|  | **Subtotal** | | | | | | **1.031,03** |
| G | Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição | | | | | | **369,11** |
|  | **Total** | | | | | | **1.400,14** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Quadro-Resumo - Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas** | | | | | |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| 4 | Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas | | | | | | Valor R$ |
| 4.1 | 13º salário | | | | | | **2.519,51** |
| 4.2 | Encargos previdenciários e FGTS | | | | | | **868,75** |
| 4.3 | Afastamento maternidade | | | | | | **2,87** |
| 4.4 | Custo de rescisão | | | | | | **840,37** |
| 4.5 | Custo de reposição do profissional ausente | | | | | | **1.400,14** |
| 4.6 | Outros (especificar) | | | | | | **0,00** |
|  | **Total** | | | | | | **5.631,64** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro** | | | | |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| 5 | Encargos Previdenciários e FGTS | | | | | % | Valor R$ |
| A | Custos Indiretos | | | | | 10,80% | **1.368,29** |
| B | Tributos - Base de cálculo | | | | | 91,35% | **17.187,89** |
| B.1 | PIS | | | | | 0,65% | **111,72** |
| B.2 | COFINS | | | | | 3,00% | **515,64** |
| B.3 | ISS | | | | | 5,00% | **859,39** |
| B.4 | Outros | | | | | 0,00% | **0,00** |
| C | Lucro | | | | | 11,85% | **1.663,46** |
|  | **Total** | | | | |  | **4.518,51** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO** | | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | | | | | | Valor R$ |
| A | Módulo 1 - Composição da remuneração | | | | | | **7.037,74** |
| B | Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários | | | | | | **0,00** |
| C | Módulo 3 - Insumos Diversos | | | | | | **0,00** |
| D | Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas | | | | | | **5.631,64** |
| **Subtotal (A+B+C+D)** | | | | | | | **12.669,38** |
| E | Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | | | | **4.518,51** |
| **Valor total por empregado -** | | | | | | | **17.187,89** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS** | | | | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
| **MÃO-DE-OBRA** | | | | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
| **Mão-de-Obra Vinculada à Execução Contratual** | | | | |  | |  | |  | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
| Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra | | | | | | | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | | | | | | Editor | |
| 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional | | | | | | | 1.205,59 | |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | | | | | | Radialista | |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | | | | | | **1/9/2014** | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
| **Módulo 1 : Composição da Remuneração** | | | | |  | |  | |  | |
| 1 | Composição da remuneração | | | | | | | Valor R$ | |
| A | Salário Base | | | | | | | **4.474,86** | |
| B | Adicional de periculosidade | | | | | | | **0,00** | |
| C | Adicional de insalubridade | | | | | | | **0,00** | |
| D | Adicional noturno | | | | | | | **0,00** | |
| E | Hora noturna adicional | | | | | | | **0,00** | |
| F | Adicional de Hora Extra | | | | | | | **0,00** | |
| G | Intervalo Intrajornada | | | | | | | **0,00** | |
| H | Outros (especificar) | | | | | | | **0,00** | |
|  | **Total da Remuneração** | | | | | | | **4.474,86** | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
| **Módulo 2 : Benefícios Mensais e Diários** | | | |  |  | |  | |  | |
| 2 | Benefícios mensais e diários | | | | | | | Valor R$ | |
| A | Transporte | | | | | | | **0,00** | |
| B | Auxílio alimentação | | | | | | | **0,00** | |
| C | Assistência médica e familiar | | | | | | | **0,00** | |
| D | Auxílio Creche | | | | | | | **0,00** | |
| E | Seguro de vida, invalidez e funeral | | | | | | | **0,00** | |
| F | Outros | | | | | | | **0,00** | |
|  | **Total de Benefícios mensais e diários** | | | | | | | **0,00** | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
| **Módulo 3 : Insumos Diversos** | | |  |  |  | |  | |  | |
| 3 | Benefícios mensais e diários | | | | | | | Valor R$ | |
| A | Uniformes/EPI | | | | | | | **0,00** | |
| B | Materiais | | | | | | | **0,00** | |
| C | Equipamentos | | | | | | | **0,00** | |
| D | Depreciação | | | | | | | **0,00** | |
|  | **Total de Insumos Diversos** | | | | | | | **0,00** | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
| **Módulo 4: Encargos Sociais e Trabalhistas** | | | | |  | |  | |  | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
| **Submódulo 4.1 - Encargos Previdenciários e FGTS** | | | | |  | |  | |  | |
| 4.1 | Encargos Previdenciários e FGTS | | | | | % | | Valor R$ | |
| A | INSS | | | | | 20,00% | | **894,97** | |
| B | SESI ou SESC | | | | | 1,50% | | **67,12** | |
| C | SENAI ou SENAC | | | | | 1,00% | | **44,75** | |
| D | INCRA | | | | | 0,20% | | **8,95** | |
| E | Salário Educação | | | | | 2,50% | | **111,87** | |
| F | FGTS | | | | | 8,00% | | **357,99** | |
| G | Seguro acidente do trabalho | | | | | 2,00% | | **89,50** | |
| H | SEBRAE | | | | | 0,60% | | **26,85** | |
|  | **Total** | | | | | **35,80%** | | **1.602,00** | |
| Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são estabelecidos pela legislação. | | | | | | | | | |
| Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração. | | | | |  | |  | |  | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
| **Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias** | | | | |  | |  | |  | |
| 4.2 | 13º salário | | | | | | | Valor R$ | |
| A | 13º salário | | | | | | | **406,76** | |
|  | **Subtotal** | | | | | | | **406,76** | |
| C | Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º salário | | | | | | | **145,62** | |
|  | **Total** | | | | | | | **552,39** | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
| **Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade** | | | | |  | |  | |  | |
| 4.3 | Afastamento maternidade | | | | | | | Valor R$ | |
| A | Afastamento maternidade | | | | | | | **1,34** | |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade | | | | | | | **0,48** | |
|  | **Total** | | | | | | | **1,82** | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
| **Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão** | | | | |  | |  | |  | |
| 4.4 | Provisão para rescisão | | | | | | | Valor R$ | |
| A | Aviso prévio indenizado | | | | | | | **204,95** | |
| B | Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado | | | | | | | **16,40** | |
| C | Multa do FGTS e CS do aviso prévio indenizado | | | | | | | **131,56** | |
| D | Aviso prévio trabalhado | | | | | | | **86,81** | |
| E | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado | | | | | | | **31,08** | |
| F | Multa do FGTS e CS do aviso prévio trabalhado | | | | | | | **63,54** | |
|  | **Total** | | | | | | | **534,34** | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
| **Submódulo 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | | | |  | |  | |
| 4.5 | Composição do custo de reposição do profissional ausente | | | | | | | Valor R$ | |
| A | Férias e terço constitucional de férias | | | | | | | **542,35** | |
| B | Ausência por doença | | | | | | | **74,28** | |
| C | Licença paternidade | | | | | | | **0,89** | |
| D | Ausências legais | | | | | | | **36,69** | |
| E | Ausência por Acidente de trabalho | | | | | | | **1,34** | |
| F | Outros (especificar) | | | | | | | **0,00** | |
|  | **Subtotal** | | | | | | | **655,57** | |
| G | Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição | | | | | | | **234,69** | |
|  | **Total** | | | | | | | **890,26** | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
| **Quadro-Resumo - Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas** | | | | | |  | |  | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
| 4 | Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas | | | | | | | Valor R$ | |
| 4.1 | 13º salário | | | | | | | **1.602,00** | |
| 4.2 | Encargos previdenciários e FGTS | | | | | | | **552,39** | |
| 4.3 | Afastamento maternidade | | | | | | | **1,82** | |
| 4.4 | Custo de rescisão | | | | | | | **534,34** | |
| 4.5 | Custo de reposição do profissional ausente | | | | | | | **890,26** | |
| 4.6 | Outros (especificar) | | | | | | | **0,00** | |
|  | **Total** | | | | | | | **3.580,81** | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
| **Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro** | | | | |  | |  | |  | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
| 5 | Encargos Previdenciários e FGTS | | | | | % | | Valor R$ | |
| A | Custos Indiretos | | | | | 10,80% | | **870,01** | |
| B | Tributos - Base de cálculo | | | | | 91,35% | | **10.928,71** | |
| B.1 | PIS | | | | | 0,65% | | **71,04** | |
| B.2 | COFINS | | | | | 3,00% | | **327,86** | |
| B.3 | ISS | | | | | 5,00% | | **546,44** | |
| B.4 | Outros | | | | | 0,00% | | **0,00** | |
| C | Lucro | | | | | 11,85% | | **1.057,69** | |
|  | **Total** | | | | |  | | **2.873,04** | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
| **QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO** | | | | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  | |  | |  | |
|  |  | | | | | | | Valor R$ | |
| A | Módulo 1 - Composição da remuneração | | | | | | | **4.474,86** | |
| B | Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários | | | | | | | **0,00** | |
| C | Módulo 3 - Insumos Diversos | | | | | | | **0,00** | |
| D | Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas | | | | | | | **3.580,81** | |
| **Subtotal (A+B+C+D)** | | | | | | | | **8.055,67** | |
| E | Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | | | | | **2.873,04** | |
| **Valor total por empregado** | | | | | | | | **10.928,71** | |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS** | | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **MÃO-DE-OBRA** | | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Mão-de-Obra Vinculada à Execução Contratual** | | | | |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra | | | | | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | | | | | Operador |
| 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional | | | | | | 1.205,59 |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | | | | | Radialista |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | | | | | **01/09//2014** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Módulo 1 : Composição da Remuneração** | | | | |  |  |  |
| 1 | Composição da remuneração | | | | | | Valor R$ |
| A | Salário Base | | | | | | **3.608,08** |
| B | Adicional de periculosidade | | | | | | **0,00** |
| C | Adicional de insalubridade | | | | | | **0,00** |
| D | Adicional noturno | | | | | | **0,00** |
| E | Hora noturna adicional | | | | | | **0,00** |
| F | Adicional de Hora Extra | | | | | | **0,00** |
| G | Intervalo Intrajornada | | | | | | **0,00** |
| H | Outros (especificar) | | | | | | **0,00** |
|  | **Total da Remuneração** | | | | | | **3.608,08** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Módulo 2 : Benefícios Mensais e Diários** | | | |  |  |  |  |
| 2 | Benefícios mensais e diários | | | | | | Valor R$ |
| A | Transporte | | | | | | **0,00** |
| B | Auxílio alimentação | | | | | | **0,00** |
| C | Assistência médica e familiar | | | | | | **0,00** |
| D | Auxílio Creche | | | | | | **0,00** |
| E | Seguro de vida, invalidez e funeral | | | | | | **0,00** |
| F | Outros | | | | | | **0,00** |
|  | **Total de Benefícios mensais e diários** | | | | | | **0,00** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Módulo 3 : Insumos Diversos** | | |  |  |  |  |  |
| 3 | Benefícios mensais e diários | | | | | | Valor R$ |
| A | Uniformes/EPI | | | | | | **0,00** |
| B | Materiais | | | | | | **0,00** |
| C | Equipamentos | | | | | | **0,00** |
| D | Depreciação | | | | | | **0,00** |
|  | **Total de Insumos Diversos** | | | | | | **0,00** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Módulo 4: Encargos Sociais e Trabalhistas** | | | | |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.1 - Encargos Previdenciários e FGTS** | | | | |  |  |  |
| 4.1 | Encargos Previdenciários e FGTS | | | | | % | Valor R$ |
| A | INSS | | | | | 20,00% | **721,62** |
| B | SESI ou SESC | | | | | 1,50% | **54,12** |
| C | SENAI ou SENAC | | | | | 1,00% | **36,08** |
| D | INCRA | | | | | 0,20% | **7,22** |
| E | Salário Educação | | | | | 2,50% | **90,20** |
| F | FGTS | | | | | 8,00% | **288,65** |
| G | Seguro acidente do trabalho | | | | | 2,00% | **72,16** |
| H | SEBRAE | | | | | 0,60% | **21,65** |
|  | **Total** | | | | | **35,80%** | **1.291,69** |
| Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são estabelecidos pela legislação. | | | | | | | |
| Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração. | | | | |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias** | | | | |  |  |  |
| 4.2 | 13º salário | | | | | | Valor R$ |
| A | 13º salário | | | | | | **327,97** |
|  | **Subtotal** | | | | | | **327,97** |
| C | Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º salário | | | | | | **117,41** |
|  | **Total** | | | | | | **445,39** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade** | | | | |  |  |  |
| 4.3 | Afastamento maternidade | | | | | | Valor R$ |
| A | Afastamento maternidade | | | | | | **1,08** |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade | | | | | | **0,39** |
|  | **Total** | | | | | | **1,47** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão** | | | | |  |  |  |
| 4.4 | Provisão para rescisão | | | | | | Valor R$ |
| A | Aviso prévio indenizado | | | | | | **165,25** |
| B | Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado | | | | | | **13,22** |
| C | Multa do FGTS e CS do aviso prévio indenizado | | | | | | **106,08** |
| D | Aviso prévio trabalhado | | | | | | **70,00** |
| E | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado | | | | | | **25,06** |
| F | Multa do FGTS e CS do aviso prévio trabalhado | | | | | | **51,23** |
|  | **Total** | | | | | | **430,84** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | | | |  |  |
| 4.5 | Composição do custo de reposição do profissional ausente | | | | | | Valor R$ |
| A | Férias e terço constitucional de férias | | | | | | **437,30** |
| B | Ausência por doença | | | | | | **59,89** |
| C | Licença paternidade | | | | | | **0,72** |
| D | Ausências legais | | | | | | **29,59** |
| E | Ausência por Acidente de trabalho | | | | | | **1,08** |
| F | Outros (especificar) | | | | | | **0,00** |
|  | **Subtotal** | | | | | | **528,58** |
| G | Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição | | | | | | **189,23** |
|  | **Total** | | | | | | **717,82** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Quadro-Resumo - Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas** | | | | | |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| 4 | Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas | | | | | | Valor R$ |
| 4.1 | 13º salário | | | | | | **1.291,69** |
| 4.2 | Encargos previdenciários e FGTS | | | | | | **445,39** |
| 4.3 | Afastamento maternidade | | | | | | **1,47** |
| 4.4 | Custo de rescisão | | | | | | **430,84** |
| 4.5 | Custo de reposição do profissional ausente | | | | | | **717,82** |
| 4.6 | Outros (especificar) | | | | | | **0,00** |
|  | **Total** | | | | | | **2.887,21** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro** | | | | |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| 5 | Encargos Previdenciários e FGTS | | | | | % | Valor R$ |
| A | Custos Indiretos | | | | | 10,80% | **701,49** |
| B | Tributos - Base de cálculo | | | | | 91,35% | **8.811,82** |
| B.1 | PIS | | | | | 0,65% | **57,28** |
| B.2 | COFINS | | | | | 3,00% | **264,35** |
| B.3 | ISS | | | | | 5,00% | **440,59** |
| B.4 | Outros | | | | | 0,00% | **0,00** |
| C | Lucro | | | | | 11,85% | **852,82** |
|  | **Total** | | | | |  | **2.316,53** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO** | | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | | | | | | Valor R$ |
| A | Módulo 1 - Composição da remuneração | | | | | | **3.608,08** |
| B | Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários | | | | | | **0,00** |
| C | Módulo 3 - Insumos Diversos | | | | | | **0,00** |
| D | Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas | | | | | | **2.887,21** |
| **Subtotal (A+B+C+D)** | | | | | | | **6.495,29** |
| E | Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | | | | **2.316,53** |
| **Valor total por empregado** | | | | | | | **8.811,82** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS** | | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **MÃO-DE-OBRA** | | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Mão-de-Obra Vinculada à Execução Contratual** | | | | |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra | | | | | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | | | | | Assistente |
| 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional | | | | | | 1.205,59 |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | | | | | Radialista |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | | | | | **1/9/2014** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Módulo 1 : Composição da Remuneração** | | | | |  |  |  |
| 1 | Composição da remuneração | | | | | | Valor R$ |
| A | Salário Base | | | | | | **3.078,15** |
| B | Adicional de periculosidade | | | | | | **0,00** |
| C | Adicional de insalubridade | | | | | | **0,00** |
| D | Adicional noturno | | | | | | **0,00** |
| E | Hora noturna adicional | | | | | | **0,00** |
| F | Adicional de Hora Extra | | | | | | **0,00** |
| G | Intervalo Intrajornada | | | | | | **0,00** |
| H | Outros (especificar) | | | | | | **0,00** |
|  | **Total da Remuneração** | | | | | | **3.078,15** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Módulo 2 : Benefícios Mensais e Diários** | | | |  |  |  |  |
| 2 | Benefícios mensais e diários | | | | | | Valor R$ |
| A | Transporte | | | | | | **0,00** |
| B | Auxílio alimentação | | | | | | **0,00** |
| C | Assistência médica e familiar | | | | | | **0,00** |
| D | Auxílio Creche | | | | | | **0,00** |
| E | Seguro de vida, invalidez e funeral | | | | | | **0,00** |
| F | Outros | | | | | | **0,00** |
|  | **Total de Benefícios mensais e diários** | | | | | | **0,00** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Módulo 3 : Insumos Diversos** | | |  |  |  |  |  |
| 3 | Benefícios mensais e diários | | | | | | Valor R$ |
| A | Uniformes/EPI | | | | | | **0,00** |
| B | Materiais | | | | | | **0,00** |
| C | Equipamentos | | | | | | **0,00** |
| D | Depreciação | | | | | | **0,00** |
|  | **Total de Insumos Diversos** | | | | | | **0,00** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Módulo 4: Encargos Sociais e Trabalhistas** | | | | |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.1 - Encargos Previdenciários e FGTS** | | | | |  |  |  |
| 4.1 | Encargos Previdenciários e FGTS | | | | | % | Valor R$ |
| A | INSS | | | | | 20,00% | **615,63** |
| B | SESI ou SESC | | | | | 1,50% | **46,17** |
| C | SENAI ou SENAC | | | | | 1,00% | **30,78** |
| D | INCRA | | | | | 0,20% | **6,16** |
| E | Salário Educação | | | | | 2,50% | **76,95** |
| F | FGTS | | | | | 8,00% | **246,25** |
| G | Seguro acidente do trabalho | | | | | 2,00% | **61,56** |
| H | SEBRAE | | | | | 0,60% | **18,47** |
|  | **Total** | | | | | **35,80%** | **1.101,98** |
| Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são estabelecidos pela legislação. | | | | | | | |
| Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração. | | | | |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias** | | | | |  |  |  |
| 4.2 | 13º salário | | | | | | Valor R$ |
| A | 13º salário | | | | | | **279,80** |
|  | **Subtotal** | | | | | | **279,80** |
| C | Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º salário | | | | | | **100,17** |
|  | **Total** | | | | | | **379,97** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade** | | | | |  |  |  |
| 4.3 | Afastamento maternidade | | | | | | Valor R$ |
| A | Afastamento maternidade | | | | | | **0,92** |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade | | | | | | **0,33** |
|  | **Total** | | | | | | **1,25** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão** | | | | |  |  |  |
| 4.4 | Provisão para rescisão | | | | | | Valor R$ |
| A | Aviso prévio indenizado | | | | | | **140,98** |
| B | Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado | | | | | | **11,28** |
| C | Multa do FGTS e CS do aviso prévio indenizado | | | | | | **90,50** |
| D | Aviso prévio trabalhado | | | | | | **59,72** |
| E | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado | | | | | | **21,38** |
| F | Multa do FGTS e CS do aviso prévio trabalhado | | | | | | **43,71** |
|  | **Total** | | | | | | **367,56** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | | | |  |  |
| 4.5 | Composição do custo de reposição do profissional ausente | | | | | | Valor R$ |
| A | Férias e terço constitucional de férias | | | | | | **373,07** |
| B | Ausência por doença | | | | | | **51,10** |
| C | Licença paternidade | | | | | | **0,62** |
| D | Ausências legais | | | | | | **25,24** |
| E | Ausência por Acidente de trabalho | | | | | | **0,92** |
| F | Outros (especificar) | | | | | | **0,00** |
|  | **Subtotal** | | | | | | **450,95** |
| G | Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição | | | | | | **161,44** |
|  | **Total** | | | | | | **612,39** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Quadro-Resumo - Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas** | | | | | |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| 4 | Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas | | | | | | Valor R$ |
| 4.1 | 13º salário | | | | | | **1.101,98** |
| 4.2 | Encargos previdenciários e FGTS | | | | | | **379,97** |
| 4.3 | Afastamento maternidade | | | | | | **1,25** |
| 4.4 | Custo de rescisão | | | | | | **367,56** |
| 4.5 | Custo de reposição do profissional ausente | | | | | | **612,39** |
| 4.6 | Outros (especificar) | | | | | | **0,00** |
|  | **Total** | | | | | | **2.463,15** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro** | | | | |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| 5 | Encargos Previdenciários e FGTS | | | | | % | Valor R$ |
| A | Custos Indiretos | | | | | 10,80% | **598,46** |
| B | Tributos - Base de cálculo | | | | | 91,35% | **7.517,60** |
| B.1 | PIS | | | | | 0,65% | **48,86** |
| B.2 | COFINS | | | | | 3,00% | **225,53** |
| B.3 | ISS | | | | | 5,00% | **375,88** |
| B.4 | Outros | | | | | 0,00% | **0,00** |
| C | Lucro | | | | | 11,85% | **727,56** |
|  | **Total** | | | | |  | **1.976,30** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO** | | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | | | | | | Valor R$ |
| A | Módulo 1 - Composição da remuneração | | | | | | **3.078,15** |
| B | Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários | | | | | | **0,00** |
| C | Módulo 3 - Insumos Diversos | | | | | | **0,00** |
| D | Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas | | | | | | **2.463,15** |
| **Subtotal (A+B+C+D)** | | | | | | | **5.541,30** |
| E | Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | | | | **1.976,30** |
| **Valor total por empregado** | | | | | | | **7.517,60** |